

OPERAÇÃO DOURO SUPERIOR

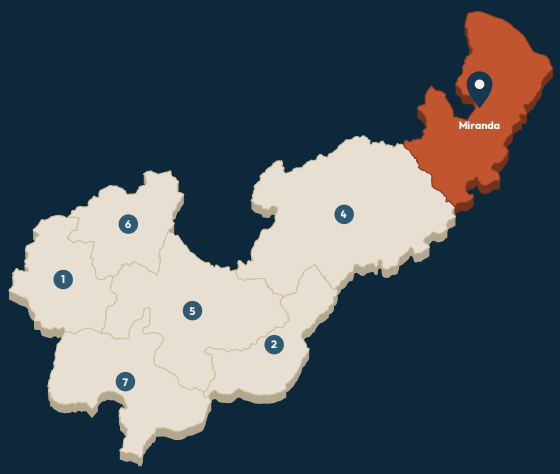
2026 — 2027

Plano Municipal para a Integração de Migrantes

Miranda do Douro

Plano de Ação Municipal

TERRITÓRIO DA OPERAÇÃO · 7 MUNICÍPIOS



1 Carrazeda de Ansiães · 2 Freixo de Espada à Cinta · 3 Miranda do Douro · 4 Mogadouro · 5 Torre de Moncorvo · 6 Vila Flor · 7 Vila Nova de Foz Côa

Município de Miranda do Douro

Coopeduforma

FAMI 2030

Cofinanciado pela União Europeia

OPERAÇÃO DOURO SUPERIOR · 2026 — 2027

Plano Municipal para a Integração de Migrantes

Miranda do Douro

FICHA TÉCNICA

PROMOTOR
Município de Miranda do Douro

COORDENAÇÃO TÉCNICA
Coopeduforma — Educação e Formação

ÂMBITO TERRITORIAL
Operação intermunicipal · Douro Superior

PERÍODO DE VIGÊNCIA
2026 — 2027

INSTRUMENTO
Plano Municipal de Integração

DATA DE ELABORAÇÃO
2026

COFINANCIAMENTO
Programa FAMI 2030 · Portugal 2030 · Cofinanciado pela União Europeia

Índice

01 Enquadramento

02 Retrato do Município e Diagnóstico Migratório

03 Eixos Estratégicos de Intervenção

04 Plano de Ação Municipal

05 Modelo de Coordenação e Governação

06 Monitorização, avaliação e Melhoria Contínua

07 Sustentabilidade

Nota de Abertura

A mobilidade humana e os fenómenos migratórios assumem, atualmente, um papel relevante no desenvolvimento social, económico e demográfico dos territórios. Em concelhos do interior como Miranda do Douro, marcados pelo envelhecimento populacional, baixa densidade demográfica e perda de população residente, a integração da população migrante representa simultaneamente um desafio e uma oportunidade estratégica para o futuro do território.

O Município de Miranda do Douro reconhece a crescente diversidade cultural presente na comunidade local e assume o compromisso de promover políticas públicas assentes nos princípios da inclusão, igualdade de oportunidades, dignidade humana, interculturalidade e coesão social. Neste contexto, o Plano Municipal para a Integração de Migrantes constitui um instrumento estratégico orientado para a construção de uma comunidade mais acolhedora, inclusiva e participativa.

O presente Plano resulta de um trabalho articulado entre o Município, os parceiros da Rede Social, os serviços públicos e as entidades locais, procurando responder de forma integrada às necessidades e desafios identificados no território. Embora dirigido à população migrante no seu conjunto, o Plano confere particular atenção aos Nacionais de Países Terceiros, atendendo às vulnerabilidades específicas frequentemente associadas aos seus processos de integração e ao enquadramento estratégico do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI).

Através deste documento, o Município pretende reforçar a integração económica e social da população migrante, promover o acesso a direitos fundamentais e fomentar a participação ativa na vida comunitária. A aprendizagem da língua portuguesa, o acesso ao emprego, à habitação, à saúde e à participação cívica assumem-se, neste âmbito, como dimensões essenciais para uma integração plena, digna e sustentável.

Mais do que um instrumento técnico, o presente Plano representa um compromisso coletivo com a construção de um território mais justo, inclusivo e coeso, valorizando a diversidade enquanto fator de desenvolvimento social, económico e humano para Miranda do Douro.

Helena Maria da Silva Ventura Barril

Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Douro

Introdução

As migrações assumem, atualmente, um papel central nas dinâmicas sociais, económicas e demográficas dos territórios, constituindo simultaneamente um desafio e uma oportunidade para o desenvolvimento local. Num contexto nacional marcado pelo crescimento da população migrante, os cidadãos estrangeiros desempenham um contributo relevante para a sustentabilidade demográfica, para o funcionamento do mercado de trabalho e para a dinamização económica e social das comunidades.

Para além da sua importância económica, a diversidade cultural associada aos movimentos migratórios contribui para o reforço da coesão social, para a valorização da interculturalidade e para a revitalização de territórios particularmente afetados por fenómenos de envelhecimento populacional e despovoamento.

É neste enquadramento que o concelho de Miranda do Douro reconhece a integração da população migrante como uma dimensão estratégica para o desenvolvimento sustentável do território. Num concelho marcado pela baixa densidade populacional, pelo envelhecimento demográfico e pela redução da população residente, a presença de cidadãos migrantes assume uma importância crescente na dinamização do tecido económico local, na resposta às necessidades do mercado de trabalho e na revitalização social e comunitária.

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM) de Miranda do Douro constitui um instrumento estratégico de planeamento e intervenção territorial, orientado para a promoção de uma integração estruturada, inclusiva e sustentável da população migrante residente no concelho. O Plano procura reforçar a articulação entre entidades locais, promover o acesso a direitos e serviços, fomentar a inclusão social e profissional e consolidar respostas territorializadas ajustadas às necessidades identificadas.

Embora dirigido à população migrante no seu conjunto, o PMIM confere particular atenção aos Nacionais de Países Terceiros (NPT), atendendo às vulnerabilidades específicas frequentemente associadas aos seus processos de integração e ao enquadramento estratégico do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI).

A elaboração do presente Plano assentou numa metodologia participativa e colaborativa, envolvendo o Município, os parceiros da Rede Social, entidades públicas, organizações da sociedade civil e outros atores relevantes do território. O processo integrou informação proveniente de fontes estatísticas oficiais, dados locais disponibilizados pelas diferentes entidades parceiras e contributos qualitativos recolhidos no âmbito da iniciativa PRR/Radar Social e da rede institucional do concelho.

O PMIM estrutura-se a partir da caracterização da realidade migratória local, da identificação das principais necessidades e desafios de integração e da definição de eixos estratégicos e medidas de intervenção orientadas para o reforço da inclusão, da coesão social e da igualdade de oportunidades.

Mais do que um instrumento orientador, o presente Plano pretende afirmar-se como um documento operativo, dinâmico e territorializado, capaz de reforçar a capacidade do concelho para acolher, integrar e valorizar a diversidade, contribuindo para a construção de uma comunidade mais inclusiva, coesa e sustentável.

CAPÍTULO UM

Enquadramento

01

O presente capítulo visa enquadrar o Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM) de Miranda do Douro no contexto das políticas públicas de acolhimento, integração e inclusão da população migrante, evidenciando a sua relevância estratégica num território marcado pelo envelhecimento demográfico, pela dispersão geográfica e pela necessidade de reforço da coesão social.

Neste âmbito, procede-se à fundamentação da pertinência do plano no contexto local, considerando o crescimento recente da população migrante e o seu contributo para a revitalização económica, social e demográfica do concelho, bem como à identificação das principais orientações políticas e programáticas nacionais e europeias que sustentam a sua elaboração.

Pretende-se, igualmente, definir o modelo de parceria, os objetivos estratégicos e a metodologia de trabalho subjacente à construção do PMIM, assegurando uma abordagem integrada, articulada e ajustada às especificidades territoriais de Miranda do Douro, em coerência com o diagnóstico realizado, as necessidades identificadas e as medidas de intervenção previstas no âmbito da promoção de uma integração inclusiva, sustentável e promotora da interculturalidade.

Justificação e pertinência do plano no contexto local

A realidade migratória contemporânea assume uma centralidade crescente no contexto social, económico e territorial das comunidades locais. Também o concelho de Miranda do Douro não permanece alheio a esta dinâmica, afirmando-se progressivamente como território de acolhimento de cidadãos provenientes de diferentes geografias, culturas e percursos de vida. Num território marcado por uma baixa densidade populacional, por um acentuado envelhecimento demográfico e por dinâmicas persistentes de despovoamento, a presença de população migrante assume uma relevância estratégica para a revitalização social, económica e demográfica do concelho. A fixação de cidadãos estrangeiros contribui para a dinamização do mercado de trabalho, para a sustentabilidade de atividades económicas locais, nomeadamente nos setores da agricultura, restauração, comércio e construção civil, bem como para a manutenção de serviços e para o reforço da diversidade cultural do território. Simultaneamente, esta realidade coloca desafios ao nível da capacidade de resposta institucional, da dispersão geográfica das freguesias e da necessidade de garantir processos de integração efetivos, sustentáveis e inclusivos. Neste contexto, a integração da população migrante deve ser entendida não apenas como um imperativo ético, social e jurídico, assente nos princípios da dignidade humana, igualdade de oportunidades e não discriminação, mas também como um vetor

estratégico de desenvolvimento territorial, coesão social e valorização comunitária. A crescente presença de famílias migrantes, crianças e jovens em contexto escolar evidencia, igualmente, o potencial da migração para o rejuvenescimento demográfico e para a revitalização social do concelho. O Município de Miranda do Douro assume, assim, um papel central na promoção de políticas locais de acolhimento, integração e inclusão, reconhecendo a importância de construir respostas articuladas, de proximidade e ajustadas às necessidades concretas da população migrante residente no território. A valorização da interculturalidade, da convivência comunitária e da preservação da identidade cultural local constitui, igualmente, um elemento estruturante da intervenção municipal. A elaboração do Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM) decorre, neste âmbito, da necessidade de dotar o concelho de um instrumento estruturado de planeamento e intervenção, que permita identificar necessidades, mapear recursos existentes, reforçar a articulação entre os diferentes agentes locais e promover respostas mais eficazes, integradas e sustentáveis.

A existência de respostas dispersas e, em alguns casos, assentes em intervenções pontuais, reforça a importância de um enquadramento estratégico comum que permita coordenar prioridades e potenciar os recursos disponíveis no território. Embora o presente PMIM se dirija à população migrante no seu conjunto, o plano confere particular atenção aos Nacionais de Países Terceiros (NPT), atendendo às vulnerabilidades específicas frequentemente associadas aos seus processos de integração, designadamente ao nível do acesso à informação, emprego, saúde, educação e participação comunitária, bem como ao enquadramento estratégico do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI). O PMIM enquadra-se, ainda, no âmbito do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI 2030), constituindo um instrumento estratégico de operacionalização, a nível local, de políticas públicas de integração, acolhimento e inclusão, com vista à promoção de respostas territorializadas, mais eficazes, inclusivas e sustentáveis.

Articulação com políticas e estratégias nacionais e europeias

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM) de Miranda do Douro articula-se de forma coerente com os principais referenciais estratégicos europeus e nacionais em matéria de migrações, integração, inclusão e não discriminação, assegurando a necessária articulação entre os diferentes níveis de governação e promovendo a territorialização das políticas públicas nesta área. Ao nível europeu, destaca-se o alinhamento com o Plano de Ação da União Europeia para a Integração e Inclusão 2021–2027, que promove uma abordagem integrada, multidimensional e bidirecional da integração, assente em domínios fundamentais como a educação e formação, o emprego, a saúde, a habitação e a participação cívica e comunitária.

No contexto local de Miranda do Douro, estas orientações assumem particular relevância face aos desafios associados ao despovoamento, envelhecimento demográfico, dispersão territorial e necessidade de reforço da coesão social. Paralelamente, o Pacto Europeu sobre Migração e Asilo reforça a importância das autoridades locais na construção de estratégias de acolhimento e integração sustentáveis, inclusivas e articuladas com as necessidades concretas dos territórios. O PMIM encontra-se igualmente alinhado com os princípios e orientações do Pacto Global para as Migrações Seguras, Ordenadas e Regulares, designadamente no que respeita à promoção de vias de integração eficazes, à proteção dos direitos humanos das pessoas migrantes, ao reforço da inclusão social e ao desenvolvimento de políticas públicas territorializadas e multissetoriais. Neste âmbito, o plano valoriza a cooperação institucional, o acesso equitativo a serviços essenciais e a promoção da participação ativa da população migrante na comunidade local.

No contexto nacional, o plano articula-se com o Plano Nacional de Implementação do Pacto Global para as Migrações (Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2019), que estabelece uma abordagem integrada assente na governação das migrações, na promoção da integração e na valorização da diversidade cultural enquanto fator de coesão e desenvolvimento social. Esta articulação traduz-se, ao nível local, na promoção de respostas ajustadas às necessidades da população migrante, designadamente nas áreas da educação, saúde, emprego, habitação e integração comunitária. O PMIM encontra-se ainda alinhado com o Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação (PNCRD 2021–2025), bem como com os instrumentos de política pública que lhe sucedem em matéria de igualdade, inclusão e combate às desigualdades estruturais, incorporando princípios de não discriminação, igualdade de oportunidades e promoção da interculturalidade.

O plano reconhece igualmente a importância da valorização da diversidade cultural e da prevenção de situações de exclusão social ou discriminação em contexto comunitário, educativo e laboral. Paralelamente, o plano articula-se com as orientações estratégicas da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA, I.P.), no âmbito das políticas nacionais de acolhimento e integração de migrantes, bem como com a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação – Portugal + Igual (2018–2030), que reforça a importância da capacitação institucional, da participação comunitária e da territorialização das respostas sociais.

Neste quadro, assume particular relevância a articulação entre a Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, escolas, serviços de saúde, instituições sociais e associações locais, promovendo uma intervenção integrada e de proximidade. Neste enquadramento, o PMIM de Miranda do Douro constitui um instrumento estratégico de governação territorial, contribuindo para a concretização do Objetivo Específico 2 do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI 2030) – Migração Legal e Integração –, através da implementação, à escala local, de medidas orientadas para a inclusão, a coesão social, a valorização da diversidade e o desenvolvimento sustentável do território.

1.3. Entidades envolvidas e modelo de parceria

A integração da população migrante constitui um fenómeno complexo e multidimensional, que não se esgota na regularização documental ou no acesso a serviços básicos. Exige, pelo contrário, uma abordagem integrada, transversal e multissetorial, assente na articulação entre diferentes atores institucionais, sociais e comunitários, capazes de promover respostas coordenadas, inclusivas e territorialmente ajustadas. Neste contexto, o Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM) de Miranda do Douro assenta num modelo de governação em rede, suportado na cooperação, complementaridade e corresponsabilização entre as diversas entidades com intervenção no território. O Município de Miranda do Douro, enquanto entidade promotora e coordenadora do PMIM, assume um papel central na dinamização e articulação desta rede de parceria, garantindo:

- a articulação com as orientações nacionais e europeias em matéria de migrações e integração;
- a coordenação entre os diferentes parceiros locais;
- a promoção de mecanismos de monitorização e avaliação;
- a dinamização de iniciativas de sensibilização, interculturalidade e participação comunitária;
- e o reforço da territorialização das respostas dirigidas à população migrante, tendo em consideração a dispersão geográfica das freguesias e as especificidades do território.

A intervenção desenvolvida no âmbito do PMIM assenta num conjunto alargado de parceiros estratégicos, cuja atuação se revela fundamental para a promoção de processos de integração sustentáveis e multidimensionais. Na área da educação e formação, destaca-se o papel do Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro, enquanto estrutura fundamental na promoção da integração educativa, linguística e social de crianças e jovens migrantes, contribuindo para a igualdade de oportunidades, o sucesso educativo e a inclusão em contexto escolar. O aumento gradual do número de alunos de nacionalidade estrangeira no sistema educativo local evidencia a importância da escola enquanto espaço privilegiado de socialização, aprendizagem da língua portuguesa e promoção da convivência intercultural. Ao nível da saúde, a resposta é assegurada pelo Centro de Saúde de Miranda do Douro, integrado na Unidade Local de Saúde do Nordeste, garantindo o acesso da população migrante aos cuidados de saúde primários, vacinação, acompanhamento médico e respostas de proximidade. Esta intervenção assume particular relevância num território caracterizado pela dispersão geográfica e pela necessidade de reforçar o acesso equitativo aos serviços de saúde. Na área social e solidária, assumem especial relevância os serviços municipais de ação social, as Juntas de Freguesia, a Santa Casa da Misericórdia e demais instituições sociais e comunitárias com intervenção junto de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade. Estas estruturas desenvolvem um trabalho de proximidade ao nível do acompanhamento social, encaminhamento para respostas adequadas, apoio no acesso a direitos e serviços essenciais e identificação de necessidades emergentes, nomeadamente nas áreas da habitação, saúde, educação e integração comunitária. No domínio do emprego e da integração profissional, destaca-se a intervenção do Gabinete de Inserção Profissional (GIP), em articulação com o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), bem como com entidades empregadoras locais e setores económicos com maior capacidade de absorção de mão de obra, designadamente agricultura, comércio, restauração, turismo e construção civil. Esta articulação revela-se essencial para promover a inserção laboral da população migrante, apoiar a orientação profissional e contribuir para a estabilidade e fixação da população em idade ativa no concelho. Ao nível da Administração Central desconcentrada, entidades como a Segurança Social, a Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA, I.P.), o Instituto do Emprego e Formação Profissional e outros serviços públicos competentes asseguram funções fundamentais ao nível da regularização documental, proteção social, enquadramento contributivo, integração profissional e acesso a direitos fundamentais. As Juntas de Freguesia assumem igualmente um papel relevante enquanto estruturas de proximidade territorial, particularmente na identificação de situações de vulnerabilidade, no encaminhamento de cidadãos migrantes para os serviços competentes e na promoção de uma integração mais próxima das comunidades locais. O seu conhecimento direto das dinâmicas territoriais constitui um elemento essencial para uma intervenção ajustada às especificidades de cada freguesia. Na área da segurança e proteção civil, a Guarda Nacional Republicana (GNR), os Bombeiros Voluntários e os serviços municipais de proteção civil constituem parceiros relevantes na promoção do sentimento de segurança, na resposta a situações de emergência e na prevenção de riscos no território. O modelo de parceria adotado pelo PMIM assenta em três dimensões complementares e interdependentes:

- Articulação institucional, através da cooperação regular entre o Município, entidades públicas, privadas e organizações da sociedade civil, promovendo a partilha de informação, a complementaridade de competências e a otimização de recursos;
- Intervenção operacional integrada, orientada para a implementação concertada de ações e medidas no território, assegurando respostas coordenadas, eficazes e ajustadas às necessidades específicas da população migrante;

- Participação e corresponsabilização, valorizando o envolvimento ativo dos diferentes parceiros e da própria população migrante nos processos de planeamento, execução e avaliação das medidas, reforçando a coesão social, a interculturalidade e a sustentabilidade das intervenções.

Deste modo, a rede de parcerias mobilizada no concelho de Miranda do Douro traduz-se num ecossistema de apoio integrado, que combina proximidade territorial com coerência estratégica, contribuindo para que a integração da população migrante não se limite à resposta às necessidades imediatas, mas se afirme como um fator de coesão social, dinamização económica, participação comunitária e valorização do território.

Objetivo geral e objetivos específicos

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM) de Miranda do Douro assume-se como um instrumento estratégico de planeamento e intervenção territorial, orientado para a promoção de políticas locais de acolhimento, inclusão e integração da população migrante, reforçando a coesão social, a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento sustentável do concelho. Num território marcado pelo envelhecimento demográfico, pela baixa densidade populacional e pela dispersão geográfica das freguesias, o Plano reconhece a integração da população migrante como um fator estratégico de revitalização social, económica e comunitária, contribuindo para a fixação de população, para a sustentabilidade dos serviços locais e para a valorização da diversidade cultural.

Neste âmbito, o Plano procura responder aos desafios identificados no território através de uma abordagem integrada, multissetorial e territorializada, assente na articulação entre entidades públicas, privadas e da sociedade civil, valorizando simultaneamente a participação ativa da população migrante nos processos de integração e desenvolvimento comunitário. A intervenção prevista procura assegurar respostas de proximidade ajustadas às necessidades concretas da população migrante residente no concelho, promovendo a inclusão sustentável e a convivência intercultural.

OBJETIVO GERAL

- Promover a integração económica, social e comunitária da população migrante residente no concelho de Miranda do Douro, com particular enfoque nos Nacionais de Países Terceiros (NPT), através da implementação de respostas articuladas, inclusivas e sustentáveis, ajustadas às necessidades do território e orientadas para o reforço da coesão social, da igualdade de oportunidades, da participação comunitária e da valorização da interculturalidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) Promover medidas de integração para a inclusão económica e social dos NPT Reforçar os processos de integração da população migrante, particularmente dos Nacionais de Países Terceiros, através da promoção do acesso ao emprego, à formação, à aprendizagem da língua portuguesa, às competências digitais, à habitação, à saúde e aos serviços essenciais, contribuindo para a melhoria das condições de vida, para a autonomia e para a participação plena na comunidade local. Atendendo às características territoriais do concelho, pretende-se igualmente reforçar a proximidade no acesso aos serviços e promover respostas ajustadas às necessidades da população residente em freguesias mais dispersas.

b) Promover medidas de proteção e integração dos NPT em situação de vulnerabilidade Desenvolver respostas de proximidade dirigidas a cidadãos migrantes em situação de maior vulnerabilidade social, económica ou documental, assegurando o acesso a direitos fundamentais, a proteção social, o

acompanhamento especializado e a prevenção de situações de exclusão, discriminação, exploração laboral ou isolamento social. O Plano reconhece particularmente a importância de prevenir situações de fragilidade associadas à ausência de redes de suporte familiar, barreiras linguísticas ou dificuldades de acesso à informação e aos serviços públicos.

c) Dinamizar estratégias de atuação concertadas entre entidades com intervenção na área das migrações Reforçar os mecanismos de articulação institucional e cooperação entre as diferentes entidades locais, regionais e nacionais com intervenção na área das migrações, promovendo a partilha de informação, a complementaridade de respostas, a otimização de recursos e a construção de uma estratégia territorial integrada de acolhimento e integração. Pretende-se consolidar uma lógica de trabalho em rede entre Município, Rede Social, escolas, serviços de saúde, Segurança Social, associações e restantes parceiros locais.

d) Potenciar a participação ativa da população migrante e reforçar a aceitação comunitária Promover a participação ativa da população migrante na vida comunitária, social e cívica do concelho, valorizando a interculturalidade, o diálogo comunitário, a igualdade de oportunidades e a sensibilização da comunidade local para a diversidade cultural, contribuindo para o fortalecimento da coesão social e da convivência intercultural. O Plano procura igualmente incentivar o sentimento de pertença e o envolvimento da população migrante na dinâmica comunitária e associativa local.

e) Promover a concretização do processo multivetorial de integração da população migrante Desenvolver uma abordagem integrada e transversal da integração, envolvendo diferentes áreas de intervenção — designadamente educação, emprego, saúde, habitação, ação social, cidadania e participação comunitária —, assegurando respostas articuladas e territorializadas que contribuam para a inclusão sustentável da população migrante e para o desenvolvimento equilibrado do território. Esta abordagem procura reforçar a capacidade de resposta institucional local e promover uma integração assente na proximidade, na igualdade de oportunidades e na valorização da diversidade cultural existente no concelho.

Metodologia de trabalho

A elaboração do Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM) de Miranda do Douro assentou numa abordagem participativa, territorializada e multidimensional, procurando construir uma leitura rigorosa, próxima e fundamentada da realidade migratória no concelho, bem como definir respostas ajustadas às necessidades identificadas no território. O processo metodológico desenvolvido procurou articular diferentes fontes de informação, instrumentos de análise e contributos institucionais, integrando componentes quantitativas e qualitativas, numa lógica de complementaridade e triangulação de dados.

Numa primeira fase, procedeu-se à realização de um diagnóstico local da realidade migratória, com base na análise de informação estatística proveniente de fontes oficiais, designadamente o Instituto Nacional de Estatística (INE), os indicadores disponibilizados pela PORDATA, o Relatório de Migrações e Asilo da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA, I.P.) e demais dados estatísticos disponíveis à escala municipal e supramunicipal.

Esta análise quantitativa foi complementada com informação administrativa e operacional disponibilizada por entidades locais com intervenção direta junto da população migrante, designadamente o Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro, os serviços municipais de ação social,

as Juntas de Freguesia, o Gabinete de Inserção Profissional (GIP), o Centro de Saúde de Miranda do Douro, bem como outras estruturas parceiras do território com intervenção nas áreas social, educativa e comunitária.

Paralelamente, foi desenvolvida uma componente qualitativa de recolha e análise de informação, através do contacto direto com técnicos, serviços e entidades locais, permitindo aprofundar o conhecimento sobre os principais desafios sentidos pela população migrante no concelho, nomeadamente ao nível:

- da aprendizagem da língua portuguesa;
- do acesso à informação e regularização documental;
- da integração profissional;
- do acesso à habitação;
- do acesso à saúde e aos serviços públicos;
- da integração social e comunitária;
- e da participação cívica e intercultural.

A metodologia adotada integrou igualmente a recolha de testemunhos e perceções de pessoas migrantes residentes no concelho, bem como de técnicos com intervenção direta junto desta população, permitindo incorporar uma leitura mais próxima das experiências de integração, das dificuldades sentidas e das potencialidades existentes no território. Particular atenção foi dada às especificidades associadas à dispersão territorial das freguesias, à concentração de serviços na sede do concelho e à crescente presença de famílias migrantes e crianças em contexto escolar.

O processo metodológico assentou ainda numa lógica de trabalho em rede e participação institucional, promovendo a articulação entre o Município, Rede Social, serviços públicos, entidades sociais, escolas, serviços de saúde e associações locais, numa perspetiva de construção colaborativa do diagnóstico e definição das prioridades de intervenção.

Neste âmbito, foram igualmente auscultadas diferentes entidades locais relativamente às principais áreas de atuação prioritárias no domínio da integração da população migrante, bem como ao potencial número de beneficiários associados às diferentes medidas previstas no âmbito do PMIM, permitindo adequar o Plano às necessidades efetivamente identificadas no território.

Com base na informação recolhida e no diagnóstico realizado, procedeu-se à definição dos objetivos estratégicos, eixos de intervenção, medidas e ações do PMIM, procurando assegurar a coerência entre:

- as necessidades identificadas;
- os recursos e respostas existentes;
- as prioridades territoriais;
- e as orientações estratégicas do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI 2030).

O processo metodológico assentou em princípios orientadores fundamentais, designadamente:

- o princípio da igualdade e não discriminação;
- o reconhecimento da integração como um processo bidirecional;
- a valorização da diversidade cultural e da interculturalidade;

- a participação ativa da população migrante;
- a proximidade territorial;
- e o trabalho em rede enquanto fator essencial para uma intervenção integrada e sustentável.

Importa, contudo, reconhecer algumas limitações metodológicas associadas ao processo de construção do diagnóstico local. Desde logo, verifica-se a existência de limitações ao nível da disponibilidade de informação estatística atualizada e desagregada à escala municipal, particularmente no que respeita a indicadores específicos sobre percursos migratórios, condições socioeconómicas, integração profissional e composição familiar da população migrante.

Paralelamente, importa considerar que parte da população migrante poderá não se encontrar refletida nos registos administrativos disponíveis, designadamente em situações associadas a processos de regularização pendentes, menor contacto com estruturas formais de apoio ou inscrição esporádica nos diferentes serviços públicos. Em territórios de baixa densidade e dispersão geográfica, estas limitações podem assumir maior expressão, dificultando uma leitura totalmente abrangente da realidade migratória local.

Com o objetivo de mitigar estas limitações, procedeu-se à triangulação de diferentes fontes estatísticas, administrativas e qualitativas, bem como à valorização do conhecimento empírico e da intervenção de proximidade desenvolvida pelas entidades locais, permitindo construir uma leitura territorial mais próxima, atualizada e ajustada à realidade do concelho.

Por fim, prevê-se a implementação de mecanismos de acompanhamento, monitorização e avaliação contínua do PMIM, assentes na realização periódica de reuniões com os parceiros locais, na análise regular da execução das medidas previstas e na recolha contínua de informação junto das entidades e da população migrante, permitindo ajustar estratégias, reforçar a articulação institucional e assegurar a eficácia, adequação e sustentabilidade do Plano ao longo do tempo.

02

CAPÍTULO DOIS

Retrato do Município e Diagnóstico Migratório

O presente capítulo apresenta uma leitura integrada do território de Miranda do Douro e da sua realidade migratória, articulando informação estatística oficial, dados disponibilizados pelas entidades locais e contributos qualitativos recolhidos junto dos diferentes serviços e estruturas com intervenção no território. Pretende-se caracterizar o contexto demográfico, social e económico do concelho, compreender a evolução recente da população migrante e identificar os principais perfis, necessidades e desafios associados aos processos de integração, com particular atenção aos Nacionais de Países Terceiros.

2.1. Caracterização territorial e sociodemográfica do município

O concelho de Miranda do Douro localiza-se na região Norte de Portugal, integrando a sub-região das Terras de Trás-os-Montes (NUTS III) e o distrito de Bragança. Com uma área aproximada de 488 km², o concelho apresenta uma localização fronteiriça estratégica junto de Espanha, assumindo-se como um território marcado pela ruralidade, pela dispersão populacional e pela forte ligação às dinâmicas transfronteiriças.

A proximidade com Espanha constitui um elemento estruturante da identidade e das relações económicas, sociais e culturais do território, refletindo-se em fluxos de mobilidade, relações de proximidade entre comunidades e partilha histórica e cultural no contexto da raia transmontana.

Miranda do Douro distingue-se igualmente pela sua identidade cultural própria, fortemente associada à língua mirandesa, reconhecida oficialmente em Portugal, e a um património histórico, etnográfico e cultural de elevada relevância no contexto nacional. Esta especificidade identitária reforça a singularidade do concelho enquanto território multicultural e de forte valorização das tradições locais.

Do ponto de vista territorial, o concelho caracteriza-se por uma significativa dispersão geográfica da população pelas diferentes freguesias e localidades, realidade típica dos territórios de baixa densidade do interior norte. Esta dispersão territorial, associada ao envelhecimento demográfico e à reduzida densidade populacional, coloca desafios acrescidos ao nível da acessibilidade a serviços, mobilidade, coesão territorial e dinamização socioeconómica.

Paralelamente, Miranda do Douro mantém uma forte ligação ao setor comércio e restauração, assumindo igualmente relevância atividades associadas ao turismo, património cultural, comércio local e serviços de proximidade, setores onde a população migrante tem vindo progressivamente a assumir

um papel importante na resposta às necessidades de mão de obra e na revitalização demográfica e económica do território.

Do ponto de vista administrativo, e na sequência da reorganização administrativa do território das freguesias decorrente da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, o concelho encontra-se atualmente organizado em 13 freguesias e uniões de freguesia: Constantim e Cicouro, Duas Igrejas, Genísio, Ifanes e Paradela, Miranda do Douro, Malhadas, Palaçoulo, Picote, Póvoa, São Martinho de Angueira, Sendim e Atenor, Silva e Águas-Vivas, Vila Chã de Braciosa.

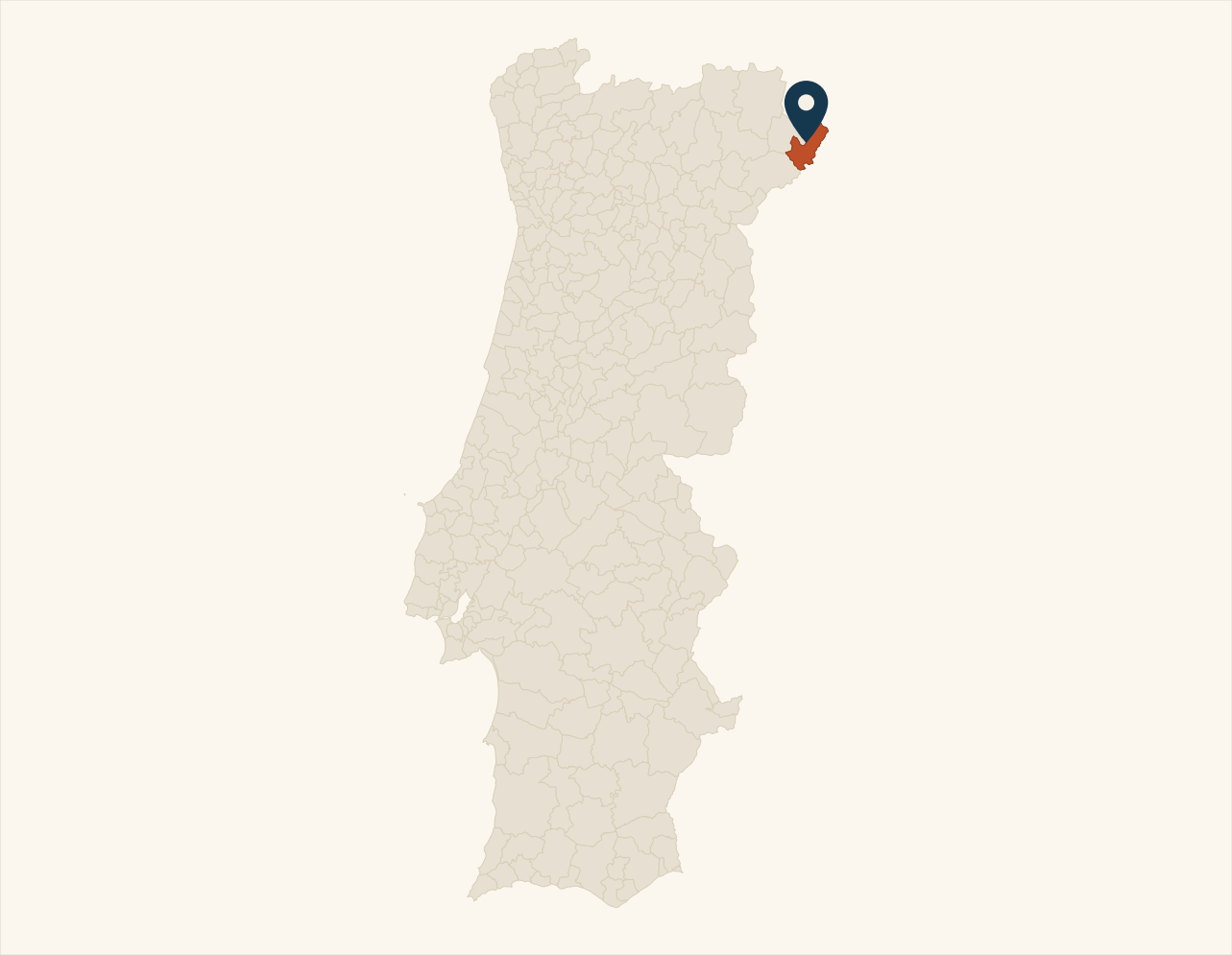
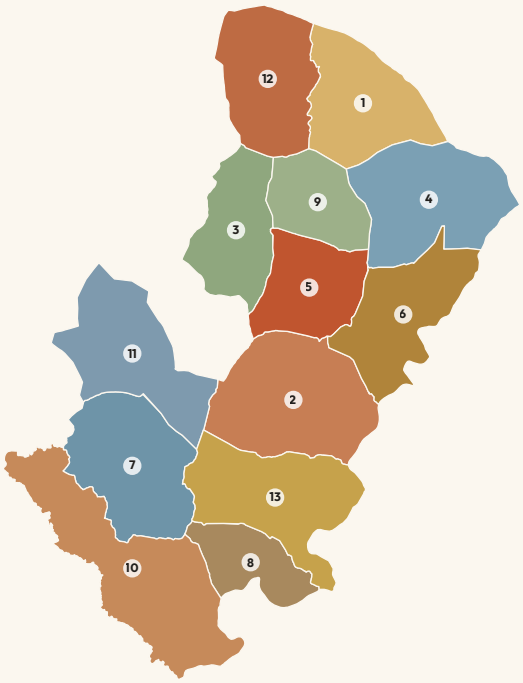


Figura 1. Localização do Concelho de Miranda do Douro à Escala Nacional



1 Constantim e Cicouro
2 Duas Igrejas
3 Genísio
4 Ifanes e Paradela
5 Malhadas
6 Miranda do Douro
7 Palaçoulo
8 Picote
9 Póvoa
10 Sendim e Atenor
11 Silva e Águas Vivas
12 São Martinho de Angueira
13 Vila Chã de Braciosa

Figura 2. Freguesias do Concelho de Miranda do Douro após Reorganização Administrativa

Miranda do Douro constitui um território de baixa densidade populacional, inserido num contexto regional marcado por fenómenos persistentes de envelhecimento demográfico, baixa natalidade e perda populacional. De acordo com os dados mais recentes disponíveis, o concelho registava, em 2024, uma população residente próxima dos 6.220 habitantes, evidenciando uma trajetória de decréscimo demográfico nas últimas décadas. Paralelamente, o território tem vindo a registar uma presença crescente de população migrante, particularmente associada às necessidades de mão de obra nos setores de agroindustrial, comércio, restauração, serviços, construção civil e apoio social, assumindo a integração desta população um papel relevante na dinâmica demográfica, económica e social do concelho.

Com efeito, observa-se uma redução progressiva da população residente face a 2001, ano em que o concelho registava 8.048 habitantes, e a 2011, quando contabilizava 7.482 habitantes. Após uma redução significativa entre 2001 e 2021, os dados mais recentes evidenciam uma tendência de relativa estabilização demográfica, com valores próximos entre 2021 (6.392 habitantes), 2023 (6.298 habitantes) e 2024 (6.220 habitantes), ainda que em níveis populacionais reduzidos.

Esta evolução acompanha as dinâmicas verificadas em muitos territórios do interior do país, fortemente condicionadas pela conjugação de fatores como o envelhecimento populacional, a diminuição da natalidade, a saída de população jovem e a redução da população em idade ativa.

Fontes/Entidades: INE, PORDATA (Última atualização: 2025-12-25)

A análise da estrutura etária da população residente evidencia um perfil demográfico marcadamente envelhecido. Entre 2001 e 2024, a população com 65 ou mais anos aumentou de 2.158 para 2.526

pessoas, enquanto a população jovem (0-14 anos) diminuiu de 915 para 503 residentes, evidenciando um acentuado envelhecimento demográfico e dificuldades de renovação geracional.

Verifica-se igualmente uma redução significativa da população jovem-adulta (15-24 anos), que passou de 1.008 residentes em 2001 para 475 em 2024, traduzindo fenómenos associados à saída de população jovem em idade de estudo e inserção profissional.

Nos anos mais recentes, observa-se uma redução significativa dos grupos etários compreendidos entre os 25 e os 64 anos, fenómeno que poderá estar associado à mobilidade territorial motivada pela inserção profissional.

No que respeita à distribuição por sexo, verifica-se uma ligeira predominância da população feminina, tendência particularmente evidente nos grupos etários mais avançados, em linha com os padrões demográficos nacionais associados à maior longevidade das mulheres.

GRANDES GRUPOS ETÁRIOS	2001	2011	2021	2023	2024
0-14	915	730	553	523	503
15-24	1008	653	479	470	475
25-64	3967	3676	2863	2777	2716
65 ou mais anos	2158	2423	2502	2528	2526
Total	**8048**	**7482**	**6397**	**6298**	**6220**

Fontes/Entidades: INE, PORDATA (Última atualização: 2025-06-18)

Nota metodológica: Os dados relativos à população residente apresentados no presente diagnóstico resultam de diferentes indicadores estatísticos disponibilizados pelo INE e pela PORDATA, podendo existir ligeiras diferenças entre valores globais associados à população residente total e os valores obtidos através da agregação de grandes grupos etários. Estas diferenças decorrem das metodologias de cálculo, dos critérios de atualização estatística e dos diferentes referenciais temporais utilizados pelas fontes oficiais. Para efeitos de análise e interpretação territorial, privilegiou-se a utilização dos indicadores mais recentes e comparáveis disponibilizados pelas fontes oficiais consultadas.

Ao nível da natalidade, o concelho apresenta valores muito reduzidos, confirmando as dificuldades associadas à renovação geracional. A taxa bruta de natalidade situou-se em 0,3 ‰ em 2024, mantendo-se em níveis globalmente muito baixos ao longo das últimas décadas, apesar de algumas oscilações pontuais.

Paralelamente, os saldos naturais mantêm-se negativos, refletindo um número de óbitos superior ao número de nascimentos. Esta realidade constitui um dos principais fatores estruturais da perda populacional do concelho.

Em contrapartida, o saldo migratório registou uma evolução positiva nos anos mais recentes, passando da variação entre valores positivos em 2001 (45) e valores negativos em 2011 (-65) para valores positivos constantes em 2021 (3), 2023 (28) e 2024 (25).

Esta dinâmica não foi ainda suficiente para mitigar os efeitos do saldo natural negativo, tendo o concelho registado inclusivamente um saldo total negativo em 2023. Ainda assim, em 2024 voltou a observar-se um saldo total negativo (-78), embora mais expressivo do que em períodos anteriores.

INDICADORES	2001	2011	2021	2023	2024
Saldo Natural	-50	-83	-117	-83	-103
Saldo Migratório	45	-65	3	28	25
Total	**-5,0**	**-148,0**	**-114,0**	**-55,0**	**-78,0**

Fontes/Entidades: INE, PORDATA (Última atualização: 2026-03-02)

Assim, os movimentos migratórios assumem uma importância crescente na dinâmica demográfica local, contribuindo para reforçar a população em idade ativa, apoiar o funcionamento do mercado de trabalho e atenuar os efeitos associados ao envelhecimento e despovoamento do território, num concelho que apresenta um índice de envelhecimento elevado e uma baixa densidade populacional de 13 habitantes por km².

Do ponto de vista económico, Miranda do Douro apresenta uma estrutura produtiva fortemente associada à agricultura, pecuária, comércio e indústria transformadora, assumindo igualmente relevância setores associados ao turismo, restauração e serviços de proximidade. Destacam-se atividades ligadas à produção agropecuária, bem como à transformação de produtos regionais, nomeadamente nas áreas da cutelaria, tanoaria e transformação agroalimentar.

Neste contexto, a população migrante assume um papel relevante na resposta às necessidades de mão de obra existentes no território, particularmente em atividades de comércio, restauração, construção civil, turismo e outros setores com maior dificuldade de recrutamento local, contribuindo igualmente para a fixação de novos residentes no concelho.

A dinâmica social do concelho é, assim, marcada pela coexistência entre desafios estruturais — como o envelhecimento demográfico, a baixa densidade populacional, a dispersão territorial e a redução da população residente — e oportunidades associadas à crescente diversidade cultural e populacional. Simultaneamente, Miranda do Douro afirma-se como um território de forte identidade cultural, linguística e patrimonial, reconhecido pela sua capacidade de acolhimento e proximidade comunitária.

Neste enquadramento, a presença de população migrante assume uma relevância crescente enquanto fator de dinamização demográfica, económica e social do território, reforçando a importância de políticas locais de acolhimento, integração e inclusão orientadas para a coesão social, valorização da diversidade cultural, sustentabilidade territorial e desenvolvimento integrado do concelho de Miranda do Douro.

2.2. Evolução da população migrante

A presença de população migrante no concelho de Miranda do Douro tem vindo a assumir uma relevância crescente ao longo da última década, acompanhando as dinâmicas migratórias observadas a nível nacional e regional. Embora o concelho continue a apresentar valores absolutos moderados quando comparado com territórios urbanos de maior dimensão, a evolução recente da população estrangeira assume particular importância num contexto marcado pelo envelhecimento demográfico, pela baixa natalidade e pela perda populacional.

De acordo com os dados disponibilizados pelo PorData – Base de dados Portugal Contemporâneo, o número de residentes estrangeiros com estatuto legal de residente no concelho de Miranda do Douro

aumentou de 102 pessoas, em 2013, para 159 residentes em 2023, correspondendo a um crescimento global de aproximadamente 55,9% ao longo do período em análise.

ANO	Nº DE RESIDENTES ESTRANGEIROS
2013	102
2014	102
2015	93
2016	95
2017	88
2018	90
2019	92
2020	103
2021	109
2022	124
2023	159

Fontes/Entidades: Pordata (Última atualização: 20/09/2024)

A análise da evolução temporal evidencia uma tendência global de crescimento da população estrangeira residente no concelho, ainda que com algumas oscilações ao longo do período observado. Após um período de manutenção entre 2015 e 2019, observa-se um crescimento progressivo entre 2021 e 2023.

Esta evolução poderá refletir diferentes fatores conjunturais, designadamente impactos associados aos movimentos migratórios recentes, à crescente procura de mão de obra em setores económicos locais, aos processos de regularização administrativa da população estrangeira e à crescente atratividade do território enquanto espaço de acolhimento e fixação populacional.

Apesar destas oscilações, os dados apontam para uma consolidação progressiva de Miranda do Douro enquanto território de acolhimento de população migrante, particularmente associada a setores económicos ligados à agricultura, pecuária, construção civil, restauração, turismo e outras atividades de proximidade com necessidades acrescidas de mão de obra. Paralelamente, a valorização dos recursos locais, a dinâmica transfronteiriça e a capacidade de acolhimento do concelho têm contribuído para reforçar a fixação de população estrangeira no território.

Considerando a população residente total do concelho em 2024 (6.220 habitantes), a população estrangeira representava aproximadamente 2,6% da população residente, assumindo já uma expressão relevante no contexto demográfico local.

A distribuição territorial da população estrangeira evidencia uma presença desigual entre freguesias, verificando-se maior concentração relativa em alguns territórios específicos.

Destaca-se particularmente a freguesia de Palaçoulo, onde a proporção de população residente de nacionalidade estrangeira atingia 5,65% em 2021. Seguem-se as freguesias de Miranda do Douro (2,96%) e Póvoa (2,44%), evidenciando uma maior presença de população migrante nestes territórios.

Em sentido inverso, algumas freguesias apresentam valores residuais ou inexistentes, como Malhadas e a União de freguesias de Silva e Águas-Vivas, onde não se registavam residentes estrangeiros no período em análise.

FREGUESIA	%
Duas Igrejas	0,72
Genísio	0,66
Malhadas	0
Miranda do Douro	2,96
Palaçoulo	5,65
Picote	0,43
Póvoa	2,44
São Martinho de Angueira	1,26
União das freguesias de Constantim e Cicouro	0,65
União das freguesias de Ifanes e Paradela	0,43
União das freguesias de Sendim e Atenor	1,94
União das freguesias de Silva e Águas-Vivas	0
Vila Chã de Braciosa	1,16

Fontes/Entidades: INE (Censos 2021)

Esta distribuição territorial sugere uma maior concentração da população migrante nas freguesias e contextos territoriais associados à existência de oportunidades de emprego nos setores pecuário, construção civil, comércio, restauração e serviços de proximidade, verificando-se simultaneamente uma presença progressivamente mais disseminada pelo concelho de Miranda do Douro, acompanhando os processos de fixação e integração familiar identificados pelas entidades locais.

Os dados disponíveis permitem concluir que os movimentos migratórios assumem atualmente um papel relevante na dinâmica demográfica do concelho, contribuindo para reforçar a população em idade ativa, apoiar setores económicos com forte necessidade de mão de obra e atenuar, ainda que parcialmente, os efeitos associados ao envelhecimento demográfico e ao despovoamento do território.

Contudo, a crescente diversidade populacional coloca igualmente desafios ao nível da integração social, do acesso à habitação, da aprendizagem da língua portuguesa, da regularização documental e da capacidade de resposta dos serviços locais. Os contributos recolhidos junto das entidades parceiras evidenciam ainda constrangimentos associados à burocracia administrativa, às dificuldades de

articulação com os processos de regularização junto da AIMA e à necessidade de reforço da mediação intercultural e das competências linguísticas e digitais da população migrante.

Neste contexto, reforça-se a importância de políticas públicas territorializadas de acolhimento e integração, ajustadas à realidade do concelho de Miranda do Douro e orientadas para a promoção da inclusão social, igualdade de oportunidades, coesão comunitária e valorização da diversidade cultural enquanto fator de desenvolvimento sustentável do território.

2.3. Perfil da população migrante

A população migrante residente no concelho de Miranda do Douro apresenta uma composição diversificada e em progressiva transformação, refletindo diferentes origens geográficas, percursos migratórios, perfis socioprofissionais e dinâmicas familiares. Embora, em termos absolutos, a população estrangeira continue a assumir uma dimensão moderada quando comparada com contextos urbanos de maior escala, a sua presença assume crescente relevância no contexto demográfico, económico e social do território.

De acordo com os dados mais recentes disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), registavam-se, em 2023, cerca de 159 residentes estrangeiros com estatuto legal de residente no concelho de Miranda do Douro, evidenciando um crescimento progressivo da população migrante no território.

No que respeita às nacionalidades predominantes, destacam-se cidadãos oriundos do Brasil, Reino Unido, Angola, Roménia, Índia, Nepal e Bangladesh, verificando-se igualmente a presença de cidadãos provenientes de outros países europeus, africanos, asiáticos e sul-americanos, evidenciando a crescente diversidade multicultural atualmente presente no concelho.

	2023
Brasil	78
Ucrânia	2
Cabo Verde	3
Roménia	1
Angola	3
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	2
China	6
Outros países	64
Total do Concelho de Miranda do Douro	159

Fontes/Entidades: INE (Última atualização: 2026)

A composição da população migrante evidencia a coexistência de diferentes perfis migratórios. Por um lado, observa-se a presença de cidadãos oriundos de países lusófonos, como o Brasil, Angola, Cabo Verde, tendencialmente associados a menores barreiras linguísticas e culturais. Por outro lado, verifica-

se igualmente uma presença relevante de cidadãos provenientes da Europa de Leste, particularmente da Roménia e Ucrânia, bem como de países asiáticos, associados sobretudo a fluxos migratórios de natureza laboral.

Acresce que embora não existam dados quantitativos sistematizados relativamente ao número de pessoas migrantes inscritas no SNS, as entidades locais identificam um aumento progressivo da diversidade cultural da população acompanhada pelos serviços de saúde.

No que respeita ao perfil etário, os dados recolhidos e os contributos qualitativos das entidades locais sugerem uma predominância de indivíduos em idade ativa, particularmente associados a atividades de comércio, restauração, limpeza e outros setores com necessidade de mão de obra intensiva.

Esta realidade contribui para a dinamização do mercado de trabalho local e para a mitigação parcial dos efeitos do envelhecimento demográfico e despovoamento do território.

Verifica-se igualmente a presença significativa de crianças e jovens em idade escolar, associada quer a processos de reagrupamento familiar, quer à fixação progressiva de agregados familiares no concelho.

De acordo com os dados disponibilizados pelo Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro, encontravam-se matriculados, em 2026, 61 alunos estrangeiros distribuídos pelos diferentes níveis de ensino.

PAÍSES	2022/2023	2023/2024	2024/2025
Alemanha	1	0	0
Angola	2	5	3
Argentina	1	2	1
Brasil	21	37	39
Colômbia	2	2	2
Espanha	4	1	5
França	3	0	1
Moldávia	0	1	0
Paquistão	0	4	4
Ucrânia	5	5	5
Venezuela	2	2	1
Total	**41**	**59**	**61**

Fontes/Entidades: Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro (Última atualização: 2026)

A distribuição dos alunos estrangeiros pelos diferentes níveis de ensino evidencia maior presença nos níveis iniciais de escolaridade, particularmente no Jardim de Infância e no 1.º Ciclo, sugerindo processos recentes de fixação familiar no território.

De acordo com o Agrupamento de Escolas, não se verificam situações de abandono escolar associadas à população migrante, sendo identificados, de forma geral, percursos de integração escolar positivos, ainda que pontualmente se verifique necessidade de consolidação das aprendizagens quando o ingresso ocorre a meio do ano letivo.

A análise da composição familiar da população migrante evidencia igualmente perfis diferenciados. Coexistem percursos migratórios individuais, frequentemente associados a dinâmicas laborais temporárias ou sazonais, com processos de fixação familiar e reagrupamento, particularmente no caso de cidadãos oriundos de países da CPLP e da Europa de Leste.

Ao nível da situação profissional, os contributos recolhidos junto do Gabinete de Inserção Profissional apontam para uma forte presença da população migrante em setores associados à agricultura, vitivinicultura, olivicultura, produção frutícola, produção de cogumelos, restauração e limpeza, frequentemente em contextos de trabalho sazonal ou "à jorna".

Não obstante, persistem desafios associados à estabilidade laboral, à precariedade de algumas relações de trabalho, à regularização documental e à necessidade de reforço das competências linguísticas e digitais.

As entidades locais identificam igualmente dificuldades associadas à barreira linguística, à burocracia dos processos de regularização junto da AIMA, à escassez habitacional e a situações de sobrelotação habitacional.

Relativamente aos níveis de escolaridade e qualificações, os dados disponíveis evidenciam perfis bastante diferenciados, coexistindo situações de baixa escolaridade e analfabetismo com cidadãos detentores de ensino secundário e ensino superior, nem sempre reconhecidos ou valorizados no contexto laboral local.

Globalmente, a população migrante residente em Miranda do Douro caracteriza-se pela diversidade de origens, percursos e perfis familiares, assumindo um papel crescente na revitalização demográfica, económica e social do concelho.

Simultaneamente, a crescente heterogeneidade dos perfis migratórios coloca desafios acrescidos ao nível da integração, da inclusão e da capacidade de resposta dos serviços e estruturas locais, reforçando a necessidade de políticas territoriais articuladas, integradas e ajustadas às especificidades da população migrante residente no território.

Caracterização específica dos Nacionais de Países Terceiros

Os Nacionais de Países Terceiros (NPT) assumem uma expressão relevante no conjunto da população migrante residente no concelho de Miranda do Douro, integrando cidadãos provenientes de diferentes contextos geográficos, culturais e socioeconómicos. Entre as nacionalidades mais representativas destacam-se cidadãos oriundos do Brasil, Angola, Paquistão, Índia, Bangladesh e Nepal, refletindo a crescente diversidade dos fluxos migratórios presentes no território.

Para efeitos do presente diagnóstico, consideram-se Nacionais de Países Terceiros os cidadãos que não possuem nacionalidade de Estados-Membros da União Europeia, do Espaço Económico Europeu ou da Suíça. Neste sentido, embora parte da população estrangeira residente no concelho seja oriunda de países europeus, designadamente Roménia, Bulgária, Espanha ou França, estes cidadãos não integram a categoria de NPT, ainda que possam ser abrangidos pelas medidas gerais de integração previstas no

PMIM. É de salientar que a Ucrânia integra na categoria dos Nacionais de Países Terceiros, evitando ambiguidades.

Os percursos migratórios identificados entre os NPT são diversificados, coexistindo situações associadas à migração laboral, à reunificação familiar e à fixação progressiva no território. Esta heterogeneidade traduz-se em diferentes níveis de integração social, económica e comunitária, bem como em necessidades distintas ao nível do acompanhamento institucional.

Os contributos recolhidos junto do Serviço de Ação Social do Município, do Gabinete de Inserção Profissional (GIP), do Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro, do Centro de Saúde e das restantes entidades locais permitem identificar um conjunto de vulnerabilidades e constrangimentos que afetam de forma mais significativa os NPT, particularmente aqueles com percursos migratórios mais recentes, reduzidas redes de suporte social e maiores distâncias linguísticas e culturais relativamente ao contexto português.

No domínio da regularização documental, verificam-se dificuldades associadas à complexidade dos procedimentos administrativos junto da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA, I.P.), aos tempos de resposta e às constantes alterações legislativas e procedimentais. Os testemunhos recolhidos junto das entidades locais evidenciam que estas dificuldades condicionam frequentemente o acesso a direitos, ao emprego formal, à habitação e a outros serviços essenciais.

As entidades locais identificam igualmente obstáculos relacionados com o desconhecimento dos procedimentos administrativos, a reduzida literacia burocrática e as barreiras linguísticas, sobretudo entre cidadãos provenientes de contextos culturais mais distantes ou com menores níveis de escolaridade.

No domínio linguístico, embora os cidadãos oriundos de países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) apresentem, tendencialmente, menores barreiras de comunicação, os migrantes provenientes de países asiáticos enfrentam maiores dificuldades no domínio da língua portuguesa, com impacto direto na integração social, profissional e comunitária.

As dificuldades linguísticas constituem um obstáculo relevante no acesso à informação, aos serviços públicos, à saúde, à educação e ao mercado de trabalho, reforçando a importância da aprendizagem da língua portuguesa enquanto instrumento essencial de integração.

Os próprios parceiros locais identificam a aprendizagem da língua portuguesa como uma das necessidades prioritárias de intervenção no território. Neste âmbito, o Agrupamento de Escolas, o GIP e os serviços municipais assinalam a importância de reforçar respostas nesta área, face ao aumento progressivo da diversidade cultural presente no concelho.

Relativamente à integração laboral, os NPT encontram-se maioritariamente inseridos em setores associados à agricultura, pecuária, construção civil, restauração, turismo e outros serviços com necessidade de mão de obra intensiva. De acordo com os contributos recolhidos junto das entidades locais, uma parte significativa da atividade laboral desenvolvida ocorre em contextos sazonais ou marcados por alguma instabilidade contratual.

Os dados recolhidos junto do Gabinete de Inserção Profissional evidenciam igualmente necessidades ao nível da orientação profissional, reconhecimento de qualificações e combate a situações de exploração laboral.

As entidades locais identificam ainda dificuldades associadas:

- ao desconhecimento dos direitos laborais;
- à precariedade de algumas relações de trabalho;
- à dependência de redes informais de recrutamento;
- e à reduzida correspondência entre qualificações e funções desempenhadas.

No acesso à habitação, identificam-se constrangimentos relacionados com a reduzida oferta habitacional disponível, situações de sobrelotação e dificuldades de acesso ao mercado de arrendamento. Os testemunhos recolhidos junto dos serviços de ação social apontam a habitação como uma das áreas mais críticas para a integração da população migrante no concelho.

Embora os dados disponíveis incidam sobretudo sobre famílias acompanhadas socialmente, verifica-se que algumas famílias migrantes vivem em condições habitacionais frágeis, sendo igualmente referidas dificuldades associadas ao acesso a soluções habitacionais adequadas e estáveis.

Ao nível da saúde, embora exista acesso ao Serviço Nacional de Saúde para os utentes inscritos, persistem constrangimentos relacionados com situações documentais pendentes e dificuldades de acesso pleno aos mecanismos regulares de acompanhamento de saúde. Ainda assim, os testemunhos recolhidos evidenciam uma perceção globalmente positiva relativamente à qualidade e proximidade dos serviços locais.

Importa igualmente destacar que alguns grupos de NPT poderão apresentar situações de maior vulnerabilidade social, económica ou documental, designadamente:

- famílias com baixos níveis de escolaridade;
- pessoas com reduzidas competências linguísticas;
- trabalhadores em situação laboral precária;
- agregados em contexto de sobrelotação habitacional;
- e cidadãos com processos de regularização pendentes.

Não obstante os desafios identificados, importa reconhecer que os Nacionais de Países Terceiros desempenham um papel relevante na revitalização demográfica, económica e social do concelho de Miranda do Douro, contribuindo para o reforço da população em idade ativa, para a sustentabilidade de atividades económicas locais e para a diversidade cultural do território.

Os testemunhos recolhidos junto da população migrante evidenciam, de forma global, uma perceção positiva relativamente ao acolhimento comunitário, à segurança do território, à proximidade dos serviços e às oportunidades de integração proporcionadas pelo concelho.

Neste contexto, torna-se fundamental reforçar respostas territorializadas de acolhimento, integração e inclusão, promovendo:

- o acesso a direitos e serviços;
- a aprendizagem da língua portuguesa;
- a integração profissional digna;
- a qualificação e reconhecimento de competências;

- o acesso à habitação;
- e a participação ativa da população migrante na vida comunitária local.

Pretende-se, assim, consolidar uma estratégia integrada e sustentável de integração da população migrante, reforçando a coesão social, a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade enquanto fator de desenvolvimento local.

2.3. Principais necessidades e desafios identificados

A análise da realidade migratória no concelho de Miranda do Douro permitiu identificar um conjunto de necessidades e desafios que condicionam os processos de integração da população migrante no território, assumindo particular relevância no caso dos Nacionais de Países Terceiros (NPT) e dos fluxos migratórios mais recentes.

Embora a presença de população migrante constitua um fator relevante de dinamização demográfica, económica e social do concelho, persistem vulnerabilidades e constrangimentos que exigem respostas articuladas, territorializadas e sustentáveis, ajustadas às especificidades dos diferentes perfis migratórios identificados.

No domínio da integração laboral, destaca-se a necessidade de reforçar respostas de apoio à inserção profissional, particularmente dirigidas a migrantes integrados em atividades associadas ao setor agrícola, pecuário, agroalimentar, restauração, hotelaria, construção civil e serviços de apoio local, setores onde se verifica uma presença significativa de trabalhadores migrantes.

Apesar da existência de oportunidades de emprego no território, os contributos recolhidos junto das entidades locais evidenciam situações associadas:

- à instabilidade contratual;
- à dependência de trabalho sazonal;
- à reduzida correspondência entre qualificações e funções desempenhadas;
- ao desconhecimento dos direitos laborais;
- e à vulnerabilidade perante situações de precariedade e exploração laboral.

Paralelamente, foram identificadas necessidades ao nível da orientação profissional, reconhecimento de qualificações estrangeiras, combate à exploração laboral e reforço da sensibilização junto das entidades empregadoras locais.

A habitação constitui igualmente um dos principais desafios identificados no território. Os contributos recolhidos junto dos serviços sociais e entidades parceiras evidenciam constrangimentos associados:

- à reduzida oferta habitacional disponível;
- às dificuldades de acesso ao mercado de arrendamento;
- à escassez de soluções habitacionais acessíveis;
- e à existência de situações de sobrelotação habitacional.

Esta realidade afeta particularmente famílias migrantes em situação de maior vulnerabilidade económica, trabalhadores deslocados e agregados em processo de estabilização no concelho.

No domínio social e comunitário, identificam-se necessidades acrescidas de acompanhamento e apoio à integração, sobretudo junto de cidadãos com processos de regularização pendentes, famílias economicamente vulneráveis e migrantes com reduzidas redes de suporte social e familiar.

As entidades locais identificam igualmente dificuldades associadas:

- à burocracia administrativa;
- à demora nos processos junto da AIMA;
- às constantes alterações legislativas;
- e ao desconhecimento dos procedimentos institucionais portugueses.

As barreiras linguísticas surgem como um dos principais obstáculos transversais ao processo de integração, particularmente entre cidadãos provenientes de contextos culturais e linguísticos mais distantes. As dificuldades de comunicação condicionam o acesso à informação, aos serviços públicos, à saúde, ao emprego e à participação comunitária.

Neste contexto, a aprendizagem da língua portuguesa assume-se como uma das necessidades prioritárias identificadas pelas entidades locais, designadamente pelos serviços municipais, estruturas de apoio social, estabelecimentos de ensino e parceiros da Rede Social do concelho.

A inclusão educativa constitui igualmente uma dimensão relevante, atendendo ao aumento progressivo da diversidade cultural no contexto escolar. Embora os dados recolhidos evidenciem percursos globalmente positivos de integração escolar, subsistem necessidades associadas:

- ao reforço do apoio ao português, língua não materna;
- à integração de alunos que ingressam a meio do ano letivo;
- e à promoção da inclusão intercultural em contexto escolar.

No domínio da saúde, embora exista acesso ao Serviço Nacional de Saúde para os utentes inscritos, persistem constrangimentos associados a situações documentais pendentes, dificuldades de comunicação e recurso frequente à consulta aberta por parte de cidadãos sem médico de família atribuído.

Foram igualmente identificadas necessidades ao nível:

- das competências digitais;
- do acesso à informação sobre direitos e deveres;
- da literacia administrativa;
- da mentoria e acompanhamento de proximidade;
- e da promoção da participação comunitária da população migrante.

Os contributos recolhidos junto das entidades locais evidenciam igualmente a importância crescente de respostas associadas à literacia digital, capacitação, direitos e deveres e participação comunitária, reforçando a necessidade de continuidade e aprofundamento destas medidas.

Paralelamente, os testemunhos recolhidos junto da população migrante evidenciam uma perceção globalmente positiva relativamente ao acolhimento local, à segurança do território, à proximidade comunitária e à disponibilidade dos serviços e entidades locais.

Esta realidade constitui um fator favorável à integração e à fixação da população migrante no território, reforçando o potencial de Miranda do Douro enquanto comunidade de acolhimento.

Não obstante, foram igualmente identificadas necessidades ao nível:

- da promoção da convivência intercultural;
- da sensibilização da comunidade local;
- da prevenção de situações de discriminação e exclusão social;
- e do reforço da participação ativa da população migrante na vida comunitária.

Paralelamente, destaca-se a importância de reforçar os mecanismos de articulação institucional e trabalho em rede entre as diferentes entidades com intervenção na área das migrações, garantindo respostas mais coordenadas, eficazes e ajustadas às necessidades concretas da população migrante.

Em síntese, a identificação destas necessidades e desafios permite consolidar uma leitura estratégica da realidade migratória no concelho de Miranda do Douro, constituindo a base para a definição das prioridades de intervenção do Plano Municipal para a Integração de Migrantes e para a implementação de medidas orientadas para a promoção da inclusão, igualdade de oportunidades, coesão social e desenvolvimento sustentável do território.

Recursos, respostas e capacidade instalada

O concelho de Miranda do Douro dispõe de um conjunto diversificado de recursos, serviços e estruturas com intervenção direta ou indireta na área do acolhimento, integração e inclusão da população migrante, assentes numa lógica de proximidade territorial, cooperação institucional e trabalho em rede. A capacidade instalada existente resulta da articulação entre estruturas municipais, serviços públicos, entidades da administração central, instituições da economia social e parceiros locais, constituindo uma base relevante para o desenvolvimento de respostas dirigidas à população migrante residente no território.

Neste contexto, o Município de Miranda do Douro assume um papel central na coordenação e articulação das respostas locais dirigidas à população migrante, em estreita cooperação com os parceiros da Rede Social e restantes entidades com intervenção no território, promovendo mecanismos de acolhimento, encaminhamento, acompanhamento e mediação institucional.

Ao nível social, destacam-se as respostas desenvolvidas pelo Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), que assegura acompanhamento de proximidade a famílias migrantes em situação de maior vulnerabilidade social e económica, nomeadamente ao nível:

do apoio social;

do acesso a prestações sociais;

do encaminhamento institucional;

do apoio documental;

da mediação com serviços;

e do acompanhamento de situações de vulnerabilidade social e habitacional.

Paralelamente, o SAAS desenvolve acompanhamento regular junto de cidadãos migrantes em situação de maior fragilidade socioeconómica, assegurando apoio no acesso a respostas sociais, regularização documental e integração comunitária.

No domínio do emprego e integração profissional, destaca-se o papel do Gabinete de Inserção Profissional (GIP), enquanto estrutura de proximidade orientada para:

o apoio à procura ativa de emprego;

o encaminhamento profissional;

a divulgação de ofertas de emprego e formação;

o apoio na elaboração de candidaturas;

o reconhecimento e valorização de competências;

e o acompanhamento de percursos de integração profissional.

Os contributos recolhidos evidenciam igualmente a relevância do GIP no acompanhamento da população migrante empregada em setores associados à agricultura, pecuária, restauração, construção civil e atividades sazonais, assumindo igualmente um papel importante na prevenção de situações de precariedade e exploração laboral.

Ao nível da educação, o Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro assume um papel central na integração escolar de crianças e jovens migrantes, assegurando respostas de acolhimento, acompanhamento pedagógico e inclusão educativa. O Agrupamento desenvolve igualmente intervenção ao nível:

do apoio ao português, língua não materna;

da integração de alunos recém-chegados;

da mediação intercultural em contexto escolar;

e da promoção da inclusão e sucesso educativo.

Na área da saúde, a Unidade Local de Saúde do Nordeste, através do Centro de Saúde de Miranda do Douro, constitui uma estrutura fundamental de proximidade, assegurando o acesso da população migrante a:

cuidados de saúde primários;

consultas médicas;

cuidados de enfermagem;

programas de vacinação;

planeamento familiar;

e acompanhamento clínico geral.

Paralelamente, continuam a verificar-se respostas através da consulta aberta e mecanismos de atendimento a cidadãos migrantes em situação documental mais vulnerável ou sem inscrição regular no SNS.

No domínio da intervenção comunitária e capacitação, destacam-se igualmente os projetos e respostas locais com intervenção ao nível:

da inclusão social;

da capacitação pessoal e comunitária;

da literacia digital;

da promoção dos direitos e deveres;

da participação comunitária;

e da mediação intercultural.

A Rede Social do concelho assume igualmente particular relevância enquanto estrutura de articulação institucional, promovendo o trabalho colaborativo entre serviços públicos, entidades sociais, projetos locais, juntas de freguesia e restantes parceiros com intervenção na área das migrações.

Os dados e contributos recolhidos evidenciam ainda a existência de mecanismos de cooperação informal e proximidade comunitária, frequentemente identificados pelas entidades e pela própria população migrante como fatores facilitadores da integração local, nomeadamente através das redes de vizinhança, apoio entre pares e relações de proximidade territorial.

Não obstante os recursos e respostas existentes, persistem algumas limitações ao nível da capacidade instalada, designadamente:

insuficiência de respostas habitacionais;

necessidade de reforço da aprendizagem da língua portuguesa;

limitações ao nível da mediação intercultural;

constrangimentos associados à burocracia administrativa;

necessidade de reforço das competências digitais;

e dificuldades de articulação com processos de regularização documental junto da AIMA.

Acresce que a crescente diversidade cultural e o aumento progressivo da população migrante reforçam a necessidade de consolidar mecanismos de articulação institucional, partilha de informação e trabalho em rede entre os diferentes serviços e entidades com intervenção no território.

Em síntese, o concelho de Miranda do Douro dispõe de uma rede relevante de recursos e respostas dirigidas à população migrante, assente numa lógica de proximidade, cooperação institucional e intervenção comunitária. Contudo, os desafios emergentes associados ao crescimento e diversificação da população migrante reforçam a importância de consolidar respostas territorializadas, articuladas e sustentáveis, capazes de promover a inclusão social, igualdade de oportunidades, coesão comunitária e integração plena da população migrante no território.

2.7. Lacunas territoriais e necessidades emergentes

A análise da realidade migratória no concelho de Miranda do Douro evidencia que, apesar da existência de dinâmicas locais de acolhimento, proximidade institucional e uma rede relevante de recursos e serviços de apoio, persistem constrangimentos estruturais e necessidades emergentes que condicionam uma integração plena, sustentável e inclusiva da população migrante no território.

As barreiras linguísticas continuam a assumir particular relevância, sobretudo entre cidadãos provenientes de contextos culturais e linguísticos mais distantes, condicionando o acesso autónomo à informação, aos serviços públicos, à saúde, ao emprego e à participação comunitária. Os contributos recolhidos junto das entidades locais identificam a aprendizagem da língua portuguesa como uma das principais necessidades de intervenção no território, particularmente junto de trabalhadores migrantes recentemente instalados no concelho e de cidadãos com reduzidas competências linguísticas e digitais.

Embora existam respostas locais de apoio e acompanhamento, a crescente diversidade da população migrante reforça a necessidade de ampliar mecanismos de capacitação linguística, literacia funcional e mediação intercultural, especialmente em contextos associados ao acolhimento inicial, integração comunitária e acesso a serviços públicos essenciais.

Ao nível laboral, verifica-se uma forte concentração da população migrante em setores associados à agricultura, pecuária, agroindústria, construção civil, restauração, hotelaria, serviços de proximidade e apoio social, frequentemente através de vínculos laborais sazonais, temporários ou marcados por alguma instabilidade contratual.

Persistem igualmente situações de vulnerabilidade associadas:

- à precariedade laboral;
- à sazonalidade do emprego;
- à dificuldade de reconhecimento de qualificações;
- ao desconhecimento dos direitos laborais;
- e à reduzida correspondência entre qualificações e funções desempenhadas.

Os contributos recolhidos pelas entidades locais identificam ainda necessidades relevantes ao nível:

- da prevenção da exploração laboral;
- da mentoria e acompanhamento profissional;
- do reconhecimento de qualificações;
- e da integração profissional sustentável.

Ao nível habitacional, a reduzida oferta de habitação disponível e a existência de situações de sobrelotação assumem-se como alguns dos principais desafios identificados no território.

- As entidades locais referem dificuldades relacionadas com:
- acesso ao mercado de arrendamento;
- reduzida disponibilidade habitacional;
- estabilização de agregados familiares;
- e necessidade de soluções habitacionais mais dignas e sustentáveis.

Embora os dados disponíveis incidam sobretudo sobre famílias acompanhadas socialmente e trabalhadores em processo de fixação no território, os testemunhos recolhidos sugerem que estas dificuldades poderão abranger um número mais alargado de cidadãos migrantes, particularmente trabalhadores sazonais e agregados familiares em situação de maior vulnerabilidade socioeconómica.

- No acesso aos serviços públicos e respostas sociais persistem constrangimentos associados:
- à burocracia administrativa;
- à complexidade dos processos de regularização;
- às alterações frequentes da legislação migratória;
- à demora de resposta por parte da AIMA;
- à literacia digital;
- e ao desconhecimento do funcionamento dos sistemas institucionais portugueses.

As entidades locais identificam igualmente dificuldades relacionadas com o acesso à informação sobre direitos, deveres e apoios existentes, reforçando a necessidade de disponibilização de informação acessível, clara e multilingue.

- No domínio da educação, embora os estabelecimentos de ensino do concelho evidenciem capacidade de integração e acompanhamento dos alunos migrantes, subsistem desafios associados:
- ao apoio ao português, língua não materna;
- à integração de alunos que ingressam a meio do ano letivo;
- à diversidade linguística e cultural;
- e ao acompanhamento de crianças e jovens migrantes em processo de adaptação ao sistema educativo português.

Ao nível da saúde, apesar da existência de acesso a cuidados de saúde primários para os utentes inscritos no SNS, verifica-se que parte da população migrante continua a recorrer sobretudo a respostas de proximidade e consulta aberta, situação frequentemente associada à ausência de regularização documental, dificuldades de inscrição ou inexistência de médico de família atribuído.

- Foram igualmente identificadas necessidades específicas ao nível:
- das competências digitais;
- da disponibilização de informação acessível e multilingue;
- da mediação intercultural;
- da sensibilização comunitária;
- da participação social e comunitária;
- e do reforço da articulação institucional entre as diferentes entidades com intervenção na área das migrações.
- Acrescem desafios específicos enfrentados por grupos particularmente vulneráveis, designadamente:
- mulheres migrantes isoladas;

- famílias em situação de maior vulnerabilidade económica;
- trabalhadores sazonais;
- cidadãos com processos de regularização pendentes;
- e agregados familiares com menores a cargo.

Não obstante os desafios identificados, importa salientar que os testemunhos recolhidos junto da população migrante evidenciam uma perceção globalmente positiva relativamente ao acolhimento local, à segurança, à proximidade comunitária e à disponibilidade das entidades e serviços do território.

Os contributos qualitativos recolhidos apontam para Miranda do Douro enquanto território percecionado como seguro, tranquilo e acolhedor, onde existe proximidade institucional, forte dimensão comunitária e disponibilidade das entidades locais para apoiar os processos de integração da população migrante.

Em síntese, as lacunas territoriais e necessidades emergentes identificadas reforçam a importância de consolidar respostas integradas, territorializadas e sustentáveis, orientadas para:

- o reforço da inclusão social;
- a aprendizagem da língua portuguesa;
- a promoção da integração profissional digna;
- o acesso à habitação;
- a capacitação digital;
- a articulação institucional;
- e a participação ativa da população migrante na comunidade local.

Estas necessidades constituem a base estratégica para a definição das prioridades de intervenção e das medidas previstas no âmbito do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Miranda do Douro.

CAPÍTULO TRÊS

03 Eixos Estratégicos de Intervenção

Os eixos estratégicos do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Miranda do Corvo resultam da articulação entre o diagnóstico territorial realizado, as necessidades identificadas junto da população migrante e das entidades locais, e as ações previstas no âmbito da operação financiada pelo Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI).

A definição destes eixos procura assegurar uma intervenção coerente, territorializada e multissetorial, capaz de responder aos principais desafios de integração identificados no concelho, designadamente ao nível do acolhimento, acesso a direitos, integração laboral, aprendizagem da língua portuguesa, habitação, saúde, participação comunitária, combate à discriminação e articulação institucional. Embora o Plano Municipal para a Integração de Migrantes se dirija à população migrante no seu conjunto, os eixos definidos conferem particular atenção aos Nacionais de Países Terceiros (NPT), em consonância com os objetivos da operação aprovada e com as prioridades estratégicas do FAMI. Os eixos estratégicos definidos apresentam natureza complementar e interdependente, devendo a sua implementação ocorrer de forma articulada e transversal, numa lógica de cooperação institucional, proximidade territorial e promoção da inclusão sustentável da população migrante no concelho.

3.1. Eixo 1 — Integração Económica e Social dos Migrantes e NPT

A integração económica e social constitui uma dimensão central do processo de inclusão da população migrante no concelho de Miranda do Corvo. Num território marcado por dinâmicas de envelhecimento populacional e pela necessidade de reforço da população ativa, a presença de cidadãos migrantes representa uma oportunidade relevante para a dinamização económica e para a resposta às necessidades de mão de obra existentes no território, particularmente nos setores da indústria, construção civil, comércio, restauração, serviços, agricultura e atividades de apoio à população. Este eixo visa reforçar as condições de autonomia, empregabilidade e participação social da população migrante, com particular enfoque nos Nacionais de Países Terceiros. Para tal, integra medidas orientadas para o atendimento e encaminhamento, definição de perfis de competências, aprendizagem da língua portuguesa, desenvolvimento de competências digitais e apoio ao reconhecimento de qualificações estrangeiras.

Apesar da existência de oportunidades laborais no território, persistem desafios relacionados com a precariedade laboral, dificuldades de acesso a emprego estável, barreiras linguísticas, reconhecimento de qualificações e adaptação aos procedimentos administrativos e institucionais. Neste contexto, importa criar mecanismos de apoio que permitam não apenas a integração no mercado de trabalho,

mas também a valorização de competências, a melhoria das condições de trabalho e a promoção de percursos de integração profissional mais sustentáveis. A aprendizagem da língua portuguesa assume, neste domínio, uma importância estratégica, particularmente para cidadãos provenientes de contextos linguísticos distintos, sendo identificada pelas entidades locais como uma das principais necessidades de integração. O desenvolvimento de competências digitais constitui igualmente uma prioridade, atendendo à crescente digitalização dos serviços públicos, dos processos administrativos e das oportunidades formativas e profissionais. A capacitação digital da população migrante contribuirá para uma maior autonomia no acesso à informação, aos direitos e aos serviços.

Este eixo articula-se diretamente com as seguintes ações previstas no Plano de Ação:

- atendimento presencial e digital a imigrantes;
- definição de perfis de competências;
- apoio à aprendizagem da língua portuguesa;
- dinamização de cursos de competências digitais;
- e apoio ao reconhecimento de qualificações estrangeiras.

3.2. Eixo 2 — Proteção e Inclusão de Migrantes em Situação de Vulnerabilidade

A proteção e inclusão de migrantes em situação de vulnerabilidade constitui um eixo essencial para assegurar que o processo de integração ocorre em condições de dignidade, segurança e igualdade de oportunidades.

Este eixo centra-se particularmente na proteção de cidadãos migrantes que apresentam situações de maior vulnerabilidade social, económica, documental, habitacional ou familiar, exigindo respostas específicas de acompanhamento, mediação e apoio integrado.

No concelho de Miranda do Corvo foram identificados desafios relevantes ao nível do acesso à saúde, habitação, proteção social, regularização documental e integração social, reforçando a necessidade de respostas territorializadas e articuladas entre diferentes entidades locais. O acesso à saúde representa uma dimensão fundamental deste eixo, assumindo particular importância o reforço da informação sobre funcionamento do SNS, acesso a consultas, prevenção da doença e promoção do bem-estar físico e psicológico.

A habitação constitui igualmente uma dimensão prioritária, verificando-se dificuldades relacionadas com o acesso ao arrendamento, aumento dos custos habitacionais e necessidade de respostas adequadas para agregados familiares em processo de estabilização. A prevenção da exploração laboral constitui uma dimensão estruturante deste eixo, reforçando a necessidade de ações de sensibilização junto de entidades empregadoras e trabalhadores migrantes relativamente aos direitos laborais, mecanismos de proteção e enquadramento legal da contratação. Este eixo integra ainda medidas de promoção da igualdade de oportunidades e de género, bem como ações de informação sobre mecanismos de denúncia de situações de discriminação ou violação de direitos humanos.

A capacitação dos profissionais e o reforço da mediação intercultural constituem igualmente prioridades relevantes, contribuindo para respostas institucionais mais inclusivas e ajustadas à diversidade cultural existente no território.

Este eixo articula-se diretamente com as ações relativas:

- ao acesso à saúde;
- prevenção da exploração laboral;
- igualdade de oportunidades e género;
- mecanismos de denúncia;
- formação de profissionais;
- e soluções habitacionais adaptadas.

3.3. Eixo 3 — Governação Integrada e Articulação Territorial

A integração da população migrante exige uma resposta coordenada, multissetorial e territorialmente ajustada, envolvendo diferentes entidades públicas, privadas e da sociedade civil. Neste sentido, a governação integrada constitui uma condição essencial para a eficácia do PMIM de Miranda do Corvo. Este eixo visa reforçar a articulação entre o Município, serviços de ação social, Agrupamento de Escolas, Centro de Saúde, Rede Social, Segurança Social, Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), juntas de freguesia, entidades empregadoras e demais parceiros locais e regionais. Pretende-se promover uma atuação concertada, evitando respostas fragmentadas e potenciando a complementaridade de recursos, competências e intervenções no território.

A elaboração do diagnóstico, com recurso à informação proveniente do Instituto Nacional de Estatística (INE), PORDATA e contributos das entidades locais, constitui uma base fundamental para a definição das prioridades de intervenção e para a estruturação de respostas ajustadas à realidade migratória local.

A comunicação assume igualmente um papel estratégico neste eixo. A criação e implementação de mecanismos de comunicação dirigidos à população migrante e às entidades locais permitirá reforçar:

- o acesso à informação;
- a divulgação de serviços e medidas;
- a proximidade institucional;
- e a capacidade de alcance das ações previstas

A monitorização e avaliação do PMIM constituem igualmente dimensões fundamentais deste eixo, permitindo acompanhar resultados, identificar constrangimentos, ajustar medidas e reforçar a eficácia das respostas implementadas.

Este eixo articula-se diretamente com:

- a elaboração e implementação do PMIM e respetivo Plano de Ação;
- o desenvolvimento de mecanismos de articulação institucional;
- a implementação de estratégias de comunicação;
- e a monitorização e avaliação da operação.

3.4. Eixo 4 — Participação Comunitária, Interculturalidade e Cidadania

A participação comunitária, a interculturalidade e a inclusão social constituem dimensões fundamentais para uma integração plena e sustentável da população migrante. Num concelho como Miranda do Corvo, caracterizado pela proximidade comunitária e por uma forte dinâmica associativa e social, a integração da população migrante depende também da criação de oportunidades concretas de participação social, comunitária e intercultural. Este eixo visa promover programas de mentoria e orientação entre a comunidade local e migrantes recém-chegados, favorecendo o acolhimento, a criação de redes de suporte e o reforço do sentimento de pertença ao território.

A mentoria assume particular relevância em contextos de chegada recente, permitindo facilitar:

- o conhecimento da comunidade;
- o acesso aos serviços;
- a compreensão dos procedimentos institucionais;
- e a integração social e comunitária.

A participação da população migrante em atividades culturais, associativas, recreativas e comunitárias constitui igualmente uma oportunidade relevante para reforçar laços sociais, reduzir distâncias culturais e valorizar a diversidade como fator de enriquecimento coletivo. Este eixo integra ainda ações de sensibilização na área:

- da igualdade de oportunidades;
- da igualdade de género;
- da não discriminação;
- e da promoção da convivência intercultural

A disponibilização de informação acessível e multilingue, bem como o desenvolvimento de iniciativas de sensibilização comunitária, assumem-se igualmente como instrumentos fundamentais para prevenir estereótipos, promover o respeito mútuo e reforçar a coesão social. Os testemunhos recolhidos junto da população migrante evidenciam uma perceção globalmente positiva relativamente ao acolhimento comunitário existente no concelho, realidade que importa consolidar e aprofundar através do reforço da participação ativa e da valorização da diversidade cultural no território.

Este eixo articula-se diretamente com:

- programas de mentoria;
- ações de sensibilização;
- promoção da igualdade e não discriminação;
- e iniciativas de participação comunitária e interculturalidade.

3.5. Eixo 5 — Sustentabilidade e Integração Multivetorial

A integração da população migrante é um processo contínuo, multidimensional e progressivo, que não se esgota na execução pontual de medidas ou no período de financiamento da operação. Neste sentido, a sustentabilidade constitui um eixo transversal do PMIM de Miranda do Corvo, orientado para a continuidade das respostas, a consolidação das parcerias e a integração gradual das medidas nas

políticas municipais e nas dinâmicas regulares do território. Este eixo procura assegurar que as ações desenvolvidas no âmbito do plano contribuem para a construção de capacidades locais duradouras, reforçando a competência institucional do Município e dos parceiros na resposta às necessidades da população migrante. A integração multivetorial pressupõe que as respostas sejam trabalhadas numa lógica de complementaridade entre:

- ação social;
- educação;
- saúde;
- emprego;
- habitação;
- cidadania;
- participação comunitária;
- e desenvolvimento económico.

Esta abordagem permite responder à complexidade dos percursos migratórios e promover condições efetivas de autonomia, inclusão e participação.

A avaliação da operação assume uma função estratégica, permitindo aferir o grau de cumprimento das metas, identificar boas práticas, reconhecer limitações e propor ajustamentos futuros. O PMIM pretende, assim, afirmar-se como um instrumento operativo, evolutivo e territorializado, capaz de orientar a intervenção municipal no presente e apoiar a definição de políticas locais de integração a médio e longo prazo.

A sustentabilidade do plano dependerá:

- da continuidade do trabalho em rede;
- da capacitação institucional;
- da participação ativa da população migrante;
- e da incorporação progressiva das medidas nas práticas regulares das entidades locais.

CAPÍTULO QUATRO

Plano de Ação Municipal

04

O Plano de Ação operacionaliza os eixos estratégicos definidos no Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Miranda do Douro, assegurando coerência com os objetivos, prioridades e metas contratualizados no âmbito da operação financiada pelo Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI).

As ações previstas procuram responder às necessidades e desafios identificados no diagnóstico territorial, promovendo uma abordagem integrada, territorializada e multissetorial da integração da população migrante, com particular enfoque nos Nacionais de Países Terceiros (NPT).

O presente Plano de Ação estrutura-se em torno de medidas dirigidas ao acolhimento e integração social, capacitação linguística e digital, integração profissional, promoção do acesso à saúde, habitação, igualdade de oportunidades, combate à discriminação, participação comunitária e reforço da articulação institucional.

Para cada ação são identificados:

- objetivo;
- descrição da intervenção;
- entidade responsável;
- entidades parceiras;
- cronograma;
- indicadores de realização;
- metas;
- e meios de verificação/evidências.

O acompanhamento e monitorização das ações serão assegurados pelo Município de Miranda do Douro, em articulação com os parceiros locais e entidades envolvidas na implementação do PMIM, permitindo avaliar o grau de execução das medidas, o cumprimento das metas definidas e a necessidade de ajustamentos futuros.

Inserir Plano de Ação Constante em Excel

O Plano de Ação detalhado integra o presente documento enquanto instrumento operacional de implementação do PMIM, estruturando as ações, metas, indicadores e entidades envolvidas na execução da operação.

Fichas de Ação

1 Disponibilizar informação de diagnóstico através da iniciativa PRR/Radar Social

OBJETIVO
Produzir conhecimento atualizado sobre a realidade migratória local

ENTIDADE RESPONSÁVEL
Município de Miranda do Douro

DESCRIÇÃO
Recolha, sistematização e análise de informação quantitativa e qualitativa sobre a população migrante residente no território

PARCEIROS
Rede Social; Juntas de Freguesia; SAAS;

CRONOGRAMA

2026	2027

INDICADORES
Nº de documentos produzidos

META
1 documento

EVIDÊNCIAS
Documento concluído

2 Elaborar os Planos Municipais para a Integração de Migrantes e respetivos Planos de Ação

OBJETIVO
Estruturar uma estratégia municipal de integração de migrantes

ENTIDADE RESPONSÁVEL
Município de Miranda do Douro

DESCRIÇÃO
Elaboração do PMIM e respetivo Plano de Ação com base no diagnóstico territorial e participação dos parceiros locais

PARCEIROS
SAAS; GIP; IEFP; ULS Nordeste; Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro; Rede Social

CRONOGRAMA

2026	2027

INDICADORES
Nº de documentos concluídos

META
1 PMIM + Plano de Ação

EVIDÊNCIAS
Documento concluído

3 Criar e implementar um plano de comunicação para os migrantes

OBJETIVO
Reforçar o acesso à informação e proximidade institucional

ENTIDADE RESPONSÁVEL
Município de Miranda do Douro

DESCRIÇÃO
Desenvolvimento de instrumentos e estratégias de comunicação acessíveis e multilingues dirigidas à população migrante

PARCEIROS
Juntas de Freguesia; IPSS do concelho; Rede Social

CRONOGRAMA

2026	2027

INDICADORES
Nº de ações/instrumentos implementados

META
1 plano implementado

EVIDÊNCIAS
Plano de comunicação; materiais produzidos

4 Disponibilizar atendimento presencial e digital a imigrantes

OBJETIVO
Promover o acesso a serviços, direitos e respostas de apoio

ENTIDADE RESPONSÁVEL
Município de Miranda do Douro

DESCRIÇÃO
Atendimento e acompanhamento em áreas como saúde, habitação, orientação social, orientação cívica e regularização documental

PARCEIROS
SAAS; Segurança Social; Juntas de Freguesia

CRONOGRAMA

2026	2027

INDICADORES
Nº de participantes atendidos

META
40

EVIDÊNCIAS
Registos de atendimento

5 Definir perfis de competências e planos individuais de formação

OBJETIVO
Promover a integração profissional dos NPT

ENTIDADE RESPONSÁVEL
GIP de Miranda do Douro

DESCRIÇÃO
Identificação de competências, definição de perfis profissionais e encaminhamento para formação e reconhecimento de competências

PARCEIROS
IEFP; Município de Miranda do Douro; entidades empregadoras locais

CRONOGRAMA

2026	2027

INDICADORES
N° de participantes abrangidos

META
20

EVIDÊNCIAS
Perfis criados; planos individuais; processos iniciados

6 Assegurar apoio à aprendizagem da língua portuguesa

OBJETIVO
Reforçar competências linguísticas e integração social

ENTIDADE RESPONSÁVEL
Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro

DESCRIÇÃO
Dinamização de cursos e ações de aprendizagem da língua portuguesa em articulação com o IEFP e entidades educativas

PARCEIROS
IEFP; Município de Miranda do Douro

CRONOGRAMA

2026	2027

INDICADORES
N° de participantes em cursos

META
5

EVIDÊNCIAS
Folhas de presença; certificados

7 Promover o acesso dos imigrantes ao SNS e cuidados de saúde

OBJETIVO
Melhorar o acesso à saúde e literacia em saúde

ENTIDADE RESPONSÁVEL
Centro de Saúde de Miranda do Douro – ULS Nordeste

DESCRIÇÃO
Dinamização de sessões de informação e apoio sobre acesso aos serviços de saúde, direitos e deveres

PARCEIROS
SAAS; Município de Miranda do Douro; Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro

CRONOGRAMA

2026	2027

INDICADORES
N° de participantes alcançados

META
20

EVIDÊNCIAS
Registos de participação

8 Prevenir e combater a exploração laboral

OBJETIVO
Sensibilizar entidades empregadoras para práticas laborais legais e inclusivas

ENTIDADE RESPONSÁVEL
Município de Miranda do Douro

DESCRIÇÃO
Realização de ações de sensibilização/formação sobre contratação de cidadãos estrangeiros

PARCEIROS
IEFP; GNR; entidades empregadoras locais; GIP

CRONOGRAMA

2026	2027

INDICADORES
N° de entidades empregadoras envolvidas

META
2

EVIDÊNCIAS
Folhas de presença

9 Dinamizar cursos de competências digitais

OBJETIVO
Promover autonomia digital e empregabilidade

ENTIDADE RESPONSÁVEL
Município de Miranda do Douro

DESCRIÇÃO
Desenvolvimento de ações de capacitação digital dirigidas à população migrante

PARCEIROS
IEFP; Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro;

CRONOGRAMA

2026	2027

INDICADORES
Nº de participantes em cursos

META
10

EVIDÊNCIAS
Folhas de presença; certificados

10 Promover programas de mentoria e orientação

OBJETIVO
Reforçar integração comunitária e apoio informal

ENTIDADE RESPONSÁVEL
Município de Miranda do Douro

DESCRIÇÃO
Desenvolvimento de programas de mentoria entre comunidade local e migrantes recém-chegados

PARCEIROS
GIP; Juntas de Freguesia; IPSS do concelho; Rede Social

CRONOGRAMA

2026	2027

INDICADORES
Nº de processos de mentoria iniciados

META
5

EVIDÊNCIAS
Processos de mentoria

11 Dinamizar ações de sensibilização na área da igualdade e género

OBJETIVO
Promover igualdade de oportunidades e inclusão

ENTIDADE RESPONSÁVEL
Município de Miranda do Douro

DESCRIÇÃO
Realização de ações de sensibilização dirigidas à população migrante e comunidade local

PARCEIROS
Agrupamento de Escolas; IPSS do concelho; Rede Social

CRONOGRAMA

2026	2027

INDICADORES
Nº de participantes

META
10

EVIDÊNCIAS
Folhas de presença

12 Dinamizar sessões/produtos sobre mecanismos de denúncia

OBJETIVO
Promover o conhecimento de direitos e mecanismos de proteção

ENTIDADE RESPONSÁVEL
Município de Miranda do Douro

DESCRIÇÃO
Desenvolvimento de sessões e materiais informativos sobre discriminação e violação de direitos humanos

PARCEIROS
GNR; Segurança Social; IPSS do concelho; Rede Social

CRONOGRAMA

2026	2027

INDICADORES
Nº de participantes/beneficiários alcançados

META
10

EVIDÊNCIAS
Folhas de presença; materiais produzidos

13 Facilitar o reconhecimento de qualificações estrangeiras

OBJETIVO
Apoiar a valorização das competências dos migrantes

ENTIDADE RESPONSÁVEL
GIP de Miranda do Douro

DESCRIÇÃO
Informação, encaminhamento e apoio técnico nos processos de reconhecimento de qualificações

PARCEIROS
IEFP; Município de Miranda do Douro; entidades competentes

CRONOGRAMA

2026	2027

INDICADORES
N° de participantes apoiados

META
10

EVIDÊNCIAS
Processos apoiados

14 Formar profissionais de saúde sobre diversidade e grupos migrantes específicos

OBJETIVO
Reforçar competências institucionais na resposta à diversidade

ENTIDADE RESPONSÁVEL
Centro de Saúde de Miranda do Douro – ULS Nordeste

DESCRIÇÃO
Ações de formação dirigidas a profissionais de saúde sobre diversidade cultural e vulnerabilidades específicas

PARCEIROS
Município de Miranda do Douro; SAAS

CRONOGRAMA

2026	2027

INDICADORES
N° de formandos

META
5

EVIDÊNCIAS
Folhas de presença

15 Prestar soluções de habitação adaptadas e autónomas

OBJETIVO
Promover condições habitacionais dignas para refugiados e requerentes de asilo

ENTIDADE RESPONSÁVEL
SAAS do Município de Miranda do Douro

DESCRIÇÃO
Apoio à integração habitacional e mediação para soluções de alojamento adequadas

PARCEIROS
IPSS do concelho; Juntas de Freguesia; Rede Social

CRONOGRAMA

2026	2027

INDICADORES
N° de NPT apoiados

META
2

EVIDÊNCIAS
Processos de acompanhamento

16 Realizar a avaliação da operação

OBJETIVO
Monitorizar a execução e resultados do PMIM

ENTIDADE RESPONSÁVEL
Município de Miranda do Douro

DESCRIÇÃO
Avaliação contínua da implementação das ações e cumprimento das metas

PARCEIROS
SAAS; GIP; Rede Social; parceiros locais

CRONOGRAMA

2026	2027

INDICADORES
N° de metas/resultados alcançados

META
Avaliação final realizada

EVIDÊNCIAS
Relatório de avaliação

CAPÍTULO CINCO

05 Modelo de Coordenação e Governação

A implementação do Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM) de Miranda do Douro assenta num modelo de governação integrada, participado e territorializado, orientado para a articulação entre entidades públicas, instituições da economia social, estruturas locais e comunidade migrante. Atendendo às características territoriais do concelho — marcado pela baixa densidade populacional, envelhecimento demográfico, dispersão geográfica e crescente necessidade de fixação de população ativa —, o modelo de governação do PMIM procura reforçar mecanismos de coordenação institucional, proximidade territorial e intervenção integrada, assegurando respostas mais eficazes, sustentáveis e ajustadas às necessidades identificadas junto da população migrante residente no território. O Plano reconhece que os processos de integração exigem respostas multidimensionais e articuladas, envolvendo áreas como acolhimento, regularização documental, aprendizagem da língua portuguesa, acesso à saúde, habitação, educação, integração profissional, ação social, participação comunitária e mediação intercultural.

Neste contexto, o PMIM de Miranda do Douro assume uma lógica de trabalho em rede e cooperação interinstitucional, valorizando simultaneamente a participação ativa da população migrante enquanto elemento fundamental para a construção de processos de integração inclusivos, sustentáveis e promotores da coesão social.

5.1. Estrutura de coordenação

A implementação do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Miranda do Douro será assegurada através de uma estrutura de coordenação técnica e operacional promovida pelo Município de Miranda do Douro, no âmbito da operação financiada pelo Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI).

O Município assume a coordenação global do PMIM, garantindo o acompanhamento técnico da execução das medidas previstas, a articulação institucional entre parceiros, a monitorização das ações e indicadores, o reporte da operação e a dinamização das estratégias locais de integração da população migrante.

A coordenação será assegurada por uma equipa técnica multidisciplinar, responsável pelo atendimento, acompanhamento, encaminhamento e monitorização das situações acompanhadas, promovendo uma intervenção de proximidade junto da população migrante e das entidades locais. Os serviços municipais com intervenção social, comunitária e territorial assumem particular relevância neste modelo de

governação, funcionando como estrutura de referência no acolhimento, apoio social, mediação institucional e articulação com os diferentes parceiros territoriais. A estrutura de coordenação integra igualmente entidades parceiras com intervenção nas áreas da ação social, educação, saúde, emprego, proteção social, segurança, habitação e desenvolvimento local, designadamente:

Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), através do apoio à integração profissional, encaminhamento para medidas de emprego, formação profissional e reconhecimento de competências;

Instituto da Segurança Social (ISS), assegurando o acesso a prestações sociais, apoio social e acompanhamento de situações de vulnerabilidade;

Unidade Local de Saúde do Nordeste e Centro de Saúde de Miranda do Douro, promovendo o acesso da população migrante aos cuidados de saúde primários, literacia em saúde e acompanhamento clínico;

Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro, através do acompanhamento de crianças e jovens migrantes, promoção da integração escolar e apoio à aprendizagem da língua portuguesa;

Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), garantindo apoio social, encaminhamento e acompanhamento técnico de situações de maior vulnerabilidade;

Gabinete de Inserção Profissional (GIP), através do apoio à empregabilidade, mediação laboral e orientação profissional;

IPSS do concelho, através de respostas sociais de proximidade e apoio comunitário;

Juntas de Freguesia, enquanto estruturas de proximidade territorial e apoio à integração local;

GNR e restantes serviços públicos com intervenção relevante;

entidades empregadoras locais, particularmente ligadas aos setores agropecuário, comércio, turismo, restauração e serviços;

e demais parceiros da Rede Social do concelho.

O modelo de coordenação adotado assenta numa lógica de governação integrada, proximidade territorial, complementaridade institucional e trabalho em rede, procurando assegurar respostas articuladas, eficazes e sustentáveis no domínio da integração da população migrante residente no concelho de Miranda do Douro.

5.2. Envolvimento da comunidade migrante

O envolvimento ativo da comunidade migrante constitui um princípio estruturante do PMIM de Miranda do Douro, reconhecendo-se que os processos de integração devem assentar numa lógica de participação, corresponsabilização e construção coletiva.

Neste contexto, o Plano procura promover mecanismos de participação da população migrante na identificação de necessidades, definição de prioridades, implementação de medidas e avaliação das ações desenvolvidas no território.

A participação poderá concretizar-se através:

da realização de momentos de auscultação e consulta;

da dinamização de sessões de proximidade;

da participação em iniciativas culturais, sociais, recreativas e comunitárias;

da integração em programas de mentoria e apoio entre pares;

e do envolvimento em atividades promovidas pelas entidades locais e associativas do concelho.

Importa igualmente valorizar o papel das redes informais e das relações de proximidade existentes em Miranda do Douro, reconhecendo a importância do apoio comunitário, da solidariedade local e da integração em dinâmicas sociais e culturais enquanto fatores facilitadores da inclusão e fixação da população migrante no território.

O PMIM procura, deste modo, promover uma abordagem participativa, inclusiva e intercultural, incentivando o envolvimento ativo da população migrante na vida comunitária e no desenvolvimento local.

5.3. Articulação com redes territoriais

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes articula-se com diferentes instrumentos, estruturas e redes territoriais de intervenção social e desenvolvimento local, reforçando a coerência estratégica das políticas municipais e a complementaridade entre respostas.

Neste contexto, assume particular relevância a articulação com a Rede Social do concelho, enquanto plataforma de cooperação institucional orientada para o planeamento e desenvolvimento social territorial, promovendo o trabalho em rede e a construção de respostas integradas às problemáticas sociais identificadas.

O PMIM articula-se igualmente com a iniciativa PRR/Radar Social, beneficiando da informação produzida ao nível do diagnóstico social, identificação de vulnerabilidades e caracterização das dinâmicas territoriais, contribuindo para uma leitura mais próxima e atualizada da realidade migratória local.

Paralelamente, o Plano encontra-se alinhado com o Plano de Desenvolvimento Social (PDS) do concelho e demais instrumentos estratégicos municipais com intervenção nas áreas da inclusão social, ação social, educação, saúde, habitação, empregabilidade, juventude e desenvolvimento territorial.

A articulação com projetos, programas e respostas locais já existentes permite evitar duplicação de intervenções, potenciar sinergias institucionais e reforçar a eficácia das medidas dirigidas à população migrante.

Neste âmbito, assume especial importância o reforço da cooperação entre:

- Município;
- SAAS;
- GIP;
- serviços públicos;
- estabelecimentos de ensino;
- unidades de saúde;

- IPSS;
- Juntas de Freguesia;
- entidades empregadoras;
- associações locais;
- e demais parceiros comunitários.

5.4. Estratégia de comunicação

A comunicação constitui uma dimensão estratégica do PMIM de Miranda do Douro, assumindo um papel fundamental na promoção do acesso à informação, aproximação entre serviços e população migrante e reforço da participação comunitária.

A estratégia de comunicação do Plano assenta numa abordagem acessível, inclusiva e multilingue, procurando garantir que a população migrante dispõe de informação clara e adequada relativamente aos seus direitos, deveres, serviços disponíveis, oportunidades de integração e mecanismos de apoio existentes no território.

Ao nível da comunicação externa, pretende-se:

reforçar a divulgação das medidas e respostas disponíveis;

promover campanhas e ações de sensibilização;

disponibilizar informação acessível em diferentes formatos;

e potenciar mecanismos de proximidade junto da população migrante e da comunidade local.

A utilização de canais digitais, redes sociais, materiais informativos, sessões presenciais e ações comunitárias permitirá reforçar o alcance das mensagens e facilitar o acesso à informação por parte dos diferentes públicos-alvo.

Ao nível da comunicação interna, o PMIM procura promover mecanismos de articulação, partilha de informação e acompanhamento entre entidades parceiras, reforçando a coordenação institucional e a monitorização das ações implementadas.

A comunicação intercultural assume igualmente particular relevância, promovendo:

o respeito pela diversidade cultural;

a valorização da interculturalidade;

a prevenção da discriminação;

e o reforço da coesão social e convivência comunitária.

Neste contexto, a estratégia de comunicação do PMIM pretende contribuir para a construção de uma comunidade mais informada, inclusiva, participativa e intercultural, reforçando o sentimento de pertença, a integração sustentável da população migrante e a coesão social no concelho de Miranda do Douro.

CAPÍTULO SEIS

06 Monitorização, avaliação e Melhoria Contínua

A monitorização e avaliação do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Miranda do Douro assumem-se como instrumentos fundamentais para garantir a eficácia, qualidade, coerência e sustentabilidade da intervenção desenvolvida no território.

O modelo de acompanhamento definido permitirá monitorizar a execução física, operacional e estratégica das ações, avaliar o grau de concretização dos objetivos estabelecidos, identificar constrangimentos e necessidades emergentes e promover ajustamentos contínuos às respostas implementadas. A estratégia de monitorização e avaliação assenta numa lógica de melhoria contínua, participação, proximidade territorial e adaptação às dinâmicas migratórias locais, procurando assegurar uma intervenção ajustada às necessidades da população migrante e à evolução da realidade territorial do concelho.

6.1. Monitorização

A monitorização do PMIM será assegurada de forma contínua ao longo do período de execução da operação, através da recolha sistemática de informação quantitativa e qualitativa relativa às ações implementadas. O processo de monitorização incidirá sobre:

grau de execução das ações previstas;

cumprimento das metas definidas;

participação dos destinatários;

tipologia de apoios prestados;

resultados alcançados;

constrangimentos identificados;

e necessidades emergentes no território.

A recolha e tratamento da informação serão assegurados pela equipa técnica responsável pela implementação do PMIM, em articulação com as entidades parceiras responsáveis pelas diferentes medidas. A monitorização será operacionalizada através de:

registos de atendimento;

folhas de presença;

bases de dados de acompanhamento;

relatórios técnicos;

instrumentos de avaliação;

e reuniões periódicas com parceiros locais.

Prevê-se a realização de momentos regulares de monitorização interna, preferencialmente com periodicidade trimestral, permitindo acompanhar a evolução da execução do Plano e introduzir ajustamentos sempre que necessário.

6.2. Avaliação

O processo de avaliação do PMIM integrará diferentes dimensões complementares, permitindo analisar não apenas o grau de execução das ações, mas também os resultados, efeitos e impactos produzidos no território. A avaliação desenvolver-se-á em três níveis:

avaliação interna;

avaliação intercalar;

e avaliação final.

A avaliação interna será assegurada pela equipa técnica responsável pelo Plano, incidindo sobre:

execução das atividades;

cumprimento dos objetivos e indicadores;

dificuldades identificadas;

funcionamento das parcerias;

adequação das respostas implementadas;

e evolução das necessidades territoriais.

Paralelamente, serão realizados momentos intercalares de avaliação, permitindo analisar a evolução da implementação do PMIM e identificar necessidades de ajustamento metodológico, operacional ou estratégico. A avaliação final permitirá:

aferir os resultados alcançados;

analisar impactos produzidos;

identificar boas práticas e constrangimentos;

produzir recomendações futuras;

e reforçar mecanismos de aprendizagem institucional e melhoria contínua.

6.3. Participação e feedback

A participação da população migrante e das entidades parceiras constitui uma dimensão estruturante do processo de monitorização, avaliação e melhoria contínua do PMIM.

Neste sentido, serão promovidos mecanismos regulares de recolha de contributos e feedback junto:

da população migrante;

das entidades parceiras;

dos técnicos envolvidos;

e da comunidade local.

Os mecanismos de participação poderão incluir:

inquéritos de satisfação;

questionários de avaliação;

reuniões técnicas;

sessões de auscultação;

fóruns de participação;

e momentos de avaliação conjunta das ações desenvolvidas.

A recolha de feedback permitirá:

identificar necessidades emergentes;

avaliar a adequação das respostas implementadas;

reconhecer dificuldades e constrangimentos;

reforçar a qualidade das medidas desenvolvidas;

e promover ajustamentos contínuos à intervenção.

Pretende-se igualmente reforçar a participação ativa da população migrante nos processos de acompanhamento e avaliação, promovendo uma lógica de corresponsabilização, proximidade e cidadania participativa.

6.4. Ações corretivas

O modelo de governação do PMIM assenta numa lógica de adaptação contínua às dinâmicas territoriais e às necessidades identificadas ao longo da implementação do Plano. Neste contexto, os resultados da monitorização e avaliação permitirão:

introduzir ajustamentos às ações implementadas;

redefinir metodologias de intervenção;

reforçar medidas com maior impacto;

adaptar respostas a novas necessidades;

e promover melhorias nos mecanismos de articulação institucional.

Sempre que sejam identificados constrangimentos relevantes ou alterações significativas da realidade migratória local, poderão ser promovidas revisões e adaptações das medidas previstas no Plano de Ação, salvaguardando a coerência com os objetivos estratégicos definidos.

Pretende-se assegurar que o PMIM se afirme como um instrumento operativo, flexível, evolutivo e territorialmente ajustado, capaz de responder de forma eficaz, sustentável e integrada aos desafios associados à integração da população migrante no concelho de Miranda do Douro.

CAPÍTULO SETE

Sustentabilidade

07

A sustentabilidade do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Miranda do Douro constitui uma dimensão estratégica fundamental para assegurar a continuidade das respostas desenvolvidas, a consolidação das dinâmicas de cooperação territorial e a integração progressiva das medidas nas políticas locais de desenvolvimento social e territorial.

O PMIM pretende afirmar-se não apenas como um instrumento operacional associado ao período de financiamento da operação FAMI, mas como uma base estruturante para a consolidação de políticas municipais de integração da população migrante sustentadas, articuladas e territorializadas. Neste contexto, a sustentabilidade do Plano assenta:

na continuidade das respostas de proximidade;

no reforço da capacidade institucional das entidades locais;

na consolidação das parcerias territoriais;

na valorização do trabalho em rede;

e na integração progressiva das medidas nas dinâmicas regulares de intervenção municipal e comunitária.

A sustentabilidade do PMIM dependerá igualmente da capacidade do território para incorporar as temáticas da integração, interculturalidade e inclusão nas estratégias locais de desenvolvimento, reconhecendo a população migrante como um elemento relevante para a coesão social, revitalização demográfica e dinamização económica do concelho.

7.1. Continuidade pós-financiamento

A continuidade das respostas desenvolvidas no âmbito do PMIM constitui uma prioridade estratégica para o Município de Miranda do Douro, procurando assegurar que os mecanismos de acolhimento, acompanhamento e integração da população migrante possam manter-se para além do período de financiamento da operação FAMI.

Pretende-se promover a integração progressiva das metodologias, instrumentos e práticas desenvolvidas no âmbito do PMIM nas políticas e dinâmicas regulares de intervenção municipal, reforçando a sustentabilidade institucional das respostas implementadas.

A experiência adquirida permitirá consolidar:

modelos de intervenção de proximidade;

mecanismos de articulação institucional;

práticas de acolhimento e integração territorializadas;

e metodologias de acompanhamento ajustadas à realidade migratória local.

A continuidade das respostas dependerá igualmente:

da capacidade de mobilização dos parceiros locais;

da articulação com instrumentos municipais e supramunicipais;

da integração das temáticas migratórias nas estratégias locais de desenvolvimento;

e da valorização da integração da população migrante enquanto dimensão estratégica para a sustentabilidade demográfica, económica e social do território.

7.2. Capacitação institucional

O reforço da capacidade técnica, organizacional e institucional das entidades locais constitui um fator essencial para assegurar respostas mais eficazes, qualificadas e sustentáveis no domínio da integração da população migrante.

Neste contexto, o PMIM procura promover:

o reforço das competências técnicas dos profissionais envolvidos;

a qualificação das respostas institucionais;

o aprofundamento do trabalho em rede;

e a consolidação de mecanismos de governação integrada e cooperação territorial.

A capacitação institucional abrangerá diferentes áreas de intervenção, designadamente:

acolhimento e integração de migrantes;

mediação intercultural;

diversidade cultural;

igualdade e não discriminação;

acesso a direitos;

saúde;

habitação;

integração profissional;

e acompanhamento de grupos em situação de maior vulnerabilidade.

A implementação das ações previstas permitirá reforçar a experiência e capacidade operacional:

do Município de Miranda do Douro;

do SAAS;

do GIP;

das IPSS;

dos serviços de saúde;

do Agrupamento de Escolas;

das Juntas de Freguesia;

e das restantes entidades parceiras.

7.3. Consolidação das parcerias

A sustentabilidade do PMIM depende fortemente da consolidação das parcerias e redes de cooperação territorial construídas ao longo do processo de diagnóstico, planeamento e implementação do Plano.

Neste âmbito, assume particular relevância o trabalho desenvolvido no quadro da Rede Social do concelho, enquanto estrutura privilegiada de articulação institucional, planeamento territorial integrado e promoção de respostas colaborativas às problemáticas sociais identificadas. O PMIM procura reforçar as dinâmicas de cooperação entre:

Município de Miranda do Douro;

Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP);

Instituto da Segurança Social (ISS);

Unidade Local de Saúde do Nordeste;

Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro;

SAAS;

GIP;

IPSS do concelho;

Juntas de Freguesia;

entidades empregadoras;

associações locais;

e demais parceiros comunitários e institucionais.

A consolidação destas parcerias permitirá:

reforçar a complementaridade entre respostas;

potenciar recursos existentes;

evitar duplicação de intervenções;

melhorar mecanismos de encaminhamento e acompanhamento;

e promover respostas mais articuladas, integradas e eficazes.

Paralelamente, pretende-se reforçar a articulação intermunicipal e supramunicipal, potenciando a partilha de experiências, boas práticas e estratégias conjuntas relacionadas com a integração da população migrante e o desenvolvimento territorial inclusivo.

Conclusão

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Miranda do Douro constitui um instrumento estratégico de planeamento e intervenção orientado para a promoção de uma integração estruturada, inclusiva e sustentável da população migrante residente no concelho.

A elaboração do presente Plano assentou numa leitura próxima e fundamentada da realidade local, permitindo identificar as principais dinâmicas migratórias, necessidades, vulnerabilidades, recursos existentes e desafios associados aos processos de integração no território.

Num contexto marcado pelo envelhecimento populacional, baixa densidade demográfica e desafios de fixação populacional, a integração da população migrante assume-se como uma dimensão estratégica para a sustentabilidade social, económica e demográfica do concelho de Miranda do Douro. O diagnóstico realizado permitiu identificar desafios associados à aprendizagem da língua portuguesa, acesso à informação, regularização documental, integração profissional, acesso à habitação, competências digitais, saúde, participação comunitária e acesso a direitos e serviços essenciais. Paralelamente, os contributos recolhidos junto das entidades locais e da própria população migrante evidenciam um território marcado por relações de proximidade, capacidade de mobilização institucional e potencial de acolhimento comunitário relevante para a promoção de processos de integração sustentáveis.

O PMIM procura responder a estes desafios através de uma abordagem integrada, multissetorial e territorializada, assente na articulação entre entidades públicas, instituições da economia social, estruturas locais e comunidade migrante.

As medidas previstas visam promover o acesso a direitos, a inclusão social e profissional, a aprendizagem da língua portuguesa, o acesso à saúde, habitação e proteção social, o combate à discriminação, a participação comunitária e o reforço da coesão social.

A concretização dos objetivos definidos dependerá da continuidade do trabalho em rede, da participação ativa das entidades parceiras e da capacidade de adaptação das respostas às necessidades emergentes do território.

Mais do que um documento orientador, o PMIM pretende afirmar-se como um instrumento operativo, dinâmico e evolutivo, capaz de reforçar a capacidade do território para acolher, integrar e valorizar a diversidade, contribuindo para a construção de uma comunidade mais inclusiva, coesa, participativa e sustentável no concelho de Miranda do Douro.

Referências Bibliográficas

AIMA, I.P. – Direção de Planeamento, Estudos e Estatística. (s.d.). Relatório de Migrações e Asilo 2024. Obtido de https://aima.gov.pt/media/pages/documents/fec4d6a712-1760603125/relatorio-migracoes-e-asilo-2024.pdf

Comissão Europeia. (2020). Plano de Ação da União Europeia para a Integração e Inclusão 2021–2027. Obtido de https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52020DC0758

Douro, C. M. (2024). Diagnóstico Social do Município de Miranda do Douro. Obtido de https://www.cm-mdouro.pt/cmmirandadouro/uploads/writer_file/document/3176/diagnostico_social_cmm_2024.pdf

Douro, C. M. (s.d.). Ação Social. Obtido de https://www.cm-mdouro.pt/viver/acao-social

Douro, C. M. (s.d.). Freguesias. Obtido de https://www.cm-mdouro.pt/viver/concelho/freguesias#faq-0

Instituto Nacional de Estatística (INE). (s.d.). Estatísticas Demográficas. Obtido de https://www.ine.pt

PORDATA. (2024). Base de Dados Portugal Contemporâneo. Obtido de https://retratos.pordata.pt/populacao/miranda-do-douro

Presidência do Conselho de Ministros. (2019). Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2019, de 20 de agosto. Diário da República, 1.ª série, n.º 159, pp. 3932–3957. Obtido de https://files.diariodarepublica.pt/1s/2019/08/15800/0004500054.pdf

SEF. (2022). Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo. Obtido de https://www.sef.pt/pt/Documents/RIFA2022%20vF2a.pd

Anexos

Anexo I. Estrutura Etária da População ReSIDENTE EM MIRANDA DO DOURO, POR SEXO E GRUPO ETÁRIO (2001-2024)

	2001	2011	2021	2023	2024
0-4	278	203	172	140	134
5-9	312	237	182	192	189
10-14	332	303	209	200	191
15-19	478	348	223	224	229
20-24	515	345	259	249	244
25-29	392	401	221	241	246
30-34	422	419	207	228	240
35-39	416	425	289	237	220
40-44	512	456	379	368	352
45-49	529	430	393	391	399
50-54	485	505	431	415	402
55-59	553	513	426	410	420
60-64	639	469	553	507	469
65-69	676	519	578	589	572
70-74	570	595	527	520	543
75-79	490	557	496	501	484
80-84	247	387	431	408	412
85 ou +	201	329	483	509	517
Total	**8 044**	**7 438**	**6 454**	**6 326**	**6 259**